

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 008

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE MARÇO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	
<i>PSDB</i>	
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE MARÇO DE 1999
(segunda-feira)**

Presidência do Senhores Deputados Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento dos Projetos de minha autoria, para que os mesmos possam seguir sua normal tramitação: Projeto de lei nº 561/95, que autoriza o Poder Executivo a doar os materiais de pesca apreendidos pelo IAP a Instituições de Pesquisa e/ou Colônias de pesca. Projeto de Lei nº 478/97, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do Município de Guaraniaçu ao Município de Altamira do Paraná. Projeto de Lei nº 648/97, que autoriza o Poder Executivo a criar a região administrativa da Alta Costa Oeste. Projeto de Resolução nº 21/97, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de São Clemente. Projeto de Resolução nº 22/97, que autoriza a realização de plebiscito, visando a criação do Município de Margarida, com território a ser desmembrado de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) **ELIO RUSCH**

REQUERIMENTO Nº 085

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 303/98, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que dispõe sobre a criação da Região Metropolitana de Apucarana.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) **ORLANDO PESSUTI**

REQUERIMENTO Nº 93

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento da documentação do Projeto de Lei nº 743/97, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) **LUIZ ACCORSI**

REQUERIMENTO Nº 061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de Voto de Pesar, para a família do Senhor Delcídes Pomin, ex-Vereador e ex-vice-Prefeito do Município de Paranavaí, ocorrido no último dia 25 de fevereiro de 1999.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Paulo Poli, no dia de ontem. O infausto passamento representa uma perda irreparável para o Poder Legislativo e para o povo do nosso Estado.

Paulo Poli foi um brilhante parlamentar deste Poder Legislativo, com relevante trabalho voltado para o bem da comunidade paranaense. Eleito Deputado Estadual, pela primeira vez na 5ª Legislatura, foi reeleito por duas vezes. Paulo Poli participou das Comissões de Instrução Pública; Polícia; Saúde Pública; Terras, Colonização e Imigração; Finanças; Agricultura, Indústria e Comércio e Obras Públicas, tendo sido eleito presidente de várias comissões permanentes desta Casa de Leis.

Requer, de acordo com o inciso II do art. 132, do Regimento Interno, a suspensão dos trabalhos da Sessão Plenária do dia de hoje.

Requer, também, que seja dada ciência a família enlutada, da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 069

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Voto de Pesar, para a família do Senhor Wilson Silva, ex-Vereador do Município de Cianorte, falecido no último dia 28 de fevereiro no Município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 087

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações à Juíza Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, pela sua nomeação como primeira Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em seus 108 anos de existência.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, natural de Ribeirão Preto/SP, provém de tradicional família paranaense. Filha de Carlos Alfredo Afonso e Leony Lopes Pereira Afonso é casada com o tam-

bém Advogado Joaquim Antonio Guimarães Portes e mãe de uma filha, Gabriela.

Formada em Direito pela Universidade Federal do Paraná, pertenceu ao grupo de Advogados do escritório do Professor René Dotti, trabalhando por vinte anos especialmente na área de Direito da Família, de forma brilhante.

De personalidade carismática e possuidora de forte espírito de liderança, Regina Helena foi a primeira mulher a ocupar o cargo de vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR, Seccional de Curitiba. Foi também a primeira magistrada do Tribunal de Alçada do Paraná, nomeada em 1992 pelo Quinto Constitucional.

A Juíza Regina Helena promovida pelo critério de antigüidade, substitui o Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, que está se aposentando.

Sua indicação deu-se em Sessão do Órgão Pleno do Tribunal de Justiça em data de 26 de fevereiro do corrente, alterando uma tradição de 108 anos daquela egrégia Corte, que nunca havia efetuado nomeação de mulheres em seu quadro de Desembargadores.

A indicação em questão vem fazer jus à sua carreira brilhante, com notável destaque à sua dedicação, competência e capacidade de trabalho com extrema sensibilidade e carisma adotados ao longo dos anos em que vem exercendo sua vocação na arte de julgar.

À Juíza Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, primeira mulher a ser nomeada Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado, pela sua importante conquista dentro do Poder Judiciário, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 088

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Votos de Congratulações por esta Casa de Leis, ao Jornal "Folha de Campo Largo", pela passagem e comemoração de seus 10 anos de existência.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal "Folha de Campo Largo" está comemorando hoje 10 anos de existência. Com seu trabalho sério de levar a informação, colocando a verdade acima de qualquer interesse, o veículo é exemplo de contribuição para a reflexão e formação da cidadania.

Está de parabéns o Diretor Germano José de Oliveira e toda a equipe do jornal pelos excelentes

resultados alcançados em prol da população daquele município e de todo o Estado.

REQUERIMENTO Nº 091

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Aplauso e Congratulações ao Hospital Evangélico de Curitiba, pela sua iniciativa em realizar campanha de diagnóstico da catarata com cirurgia gratuita aos portadores do mal oftalmológico (diagnóstico confirmado).

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Evangélico de Curitiba, numa iniciativa inédita, está realizando uma Campanha de Diagnóstico de Catarata (alteração oftalmológica que diminui a capacidade de focalização das imagens pelos olhos), em duas etapas.

Este mal, que atinge principalmente as pessoas após os 50 anos, por causa do envelhecimento, pode evoluir para glaucoma e até cegueira. A doença tem cura fácil pela cirurgia, que é feita com anestesia local e apenas um dia de internação. No entanto, sua eficácia só se reproduz se a doença tiver seu diagnóstico verificado precocemente.

Diante desta realidade, o Serviço de Oftalmologia do Hospital Evangélico está, nesta importante campanha, fazendo sua parte, oferecendo consultas e exames buscando o diagnóstico da doença. Caso o diagnóstico de catarata seja confirmado, o paciente passará por uma cirurgia totalmente gratuita no mesmo Hospital.

Esta iniciativa demonstra o alto grau de preocupação daquele corpo médico com a população, especialmente a mais carente que não tem condições de acesso à área médica, tratamentos ou mesmo cirurgias.

Por este importantes gesto de ação social, pela preocupação com os menos favorecidos, buscando levar-lhes condições melhores de vida, pela colaboração com nossa luta constante em benefício da saúde da nossa população, os Votos de Aplauso e Congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 089

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de proposição ao Senhor Governador do Estado, pedindo que determine aos Setores competentes, COMEC, SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, SANEPAR e outros, sejam tomadas

medidas em caráter de urgência para solucionar os graves problemas que vêm sendo causados pelas invasões nas áreas de mananciais, dos Municípios de Piraquara e Pinhais.

Sala das Sessões, 01.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal "Gazeta do Povo", edição de Domingo, 28 de fevereiro, estampou na primeira página e como destaque principal da edição, foto mostrando uma infinidade de esgotos jogados diretamente nos rios que abastecem Curitiba de água.

No caso do Município de Pinhais. Em matéria, na 4ª página do 1º caderno do jornal, entre outras graves consequências da situação, há o alerta vindo dos estudos feitos pelo governo japonês a respeito da perspectiva de abastecimento de água em Curitiba e Região Metropolitana para o ano de 2015, que, se medidas e investimentos pesados em obras de educação ambiental não forem tomadas, a região terá falta de água.

E nosso conhecimento acrescenta que, se medidas para desocupação das áreas de mananciais não forem feitas, com a relocação de milhares de moradores dessa região dos dois municípios, muito antes do que se prevê, a Região Metropolitana de Curitiba não terá água para atender a demanda.

E mais, não é possível o Governo do Paraná continuar de olhos fechados para a situação de mais de dez mil famílias (cerca de 50 mil pessoas) que estão vivendo em situação verdadeiramente desumana no Município de Piraquara: em terrenos alagados, sem água e esgoto e sob ameaça constante de tragédias em razão da energia elétrica "tirada por rabichos".

Diante da situação de verdadeira calamidade dos invasores, vítimas do sistema social injusto e massacrante do país de terras dos Municípios de Pinhais e Piraquara; diante da gravidade da ameaça que paira sobre o abastecimento de água de Curitiba e Região Metropolitana, requer-se do Senhor Governador do Estado:

- Medidas urgentes por parte da COMEC para a relocação ou regularização das áreas invadidas nos Municípios citados em razão de localizarem-se em áreas de mananciais;

- Medidas urgentes por parte da SANEPAR em razão da falta de água e esgoto nas áreas em questão, além de estarem penalizando os moradores, estarem ameaçando o abastecimento de água em Curitiba e Região Metropolitana;

- Medidas urgentes por parte da COPEL para evitar maiores tragédias (cinco pessoas já morreram eletrocutadas pelos fios puxados dos postes de alta tensão), levando em conta os direitos humanos das milhares de pessoas que vivem em condições desumanas nas áreas.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma sejam enviadas cópias para a COMEC, SANEPAR, COPEL e Municípios de Piraquara e Pinhais.

REQUERIMENTO Nº 062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Giorgio Bampi, DD. Presidente da TELEPAR, solicitando seja viabilizada a instalação de telefones públicos, com utilização de cartões magnéticos, nas proximidades dos Lagos do Iguaçu, Municípios de São Jorge D'Oeste, especificamente em Camping do Resser, Posto de Gasolina Iguaçu e Prédio do Mercado do Produtor.

Requer ainda, que se dê ciência deste requerimento, ao Vereador Jair Klein, na Câmara Municipal de São Jorge D'Oeste.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Localizado no Município de São Jorge D'Oeste, Lagos do Iguaçu é um ponto turístico regional, com elevada afluência de pessoas, principalmente nos meses de férias, quando são promovidos diversos eventos.

Entretanto, é unânime a reclamação dos turistas pela falta de comunicação ali existente. A instalação de telefones públicos no local certamente viria aumentar o fluxo de pessoas a procura de lazer, em benefício da municipalidade.

REQUERIMENTO Nº 063

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Giovani Gionédís, DD. Secretário de Estado da Fazenda, solicitando sejam mantidas em funcionamento as Agências da Receita Estadual nos Municípios de Mangueirinha, São João e Marmeleiro.

Requer ainda, que se dê ciência deste requerimento aos Prefeitos e Câmaras de Vereadores dos municípios mencionados, bem como à AMSOP e ACAMPSOP M-14, respectivamente, em Francisco Beltrão e Pato Branco.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Segundo tivemos conhecimento, através da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - Microrregião 14, é corrente a notícia sobre o fecha-

mento das agências da Receita Estadual nos Municípios de Mangueirinha, São João e Marmeleiro.

Tal fato, se realmente vier a se concretizar, causará enormes problemas aos contribuintes dos municípios referidos, em sua maioria produtores rurais, os quais terão que enfrentar dificuldades em locomover-se, eis que a agência mais próxima situa-se a aproximadamente 100 quilômetros.

REQUERIMENTO Nº 064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, da Secretaria de Estado da Segurança Pública a implantação de uma Unidade do Corpo de Bombeiros no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento justifica-se devido ao atual estado do Corpo de Bombeiros em atividade no município. A estrutura existente está ultrapassada e não atende mais as reais necessidades da microrregião. Além de Marechal Cândido Rondon, o atual Corpo de Bombeiros, que é mantido exclusivamente com recursos do município, presta atendimento aos Municípios de Quatro Pontes, Mercedes, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Nova Santa Rosa, Guaíra, Terra Roxa e São José das Palmeiras. No total, os 09 (nove) municípios possuem cerca de 150 mil habitantes, o que praticamente impossibilita uma cobertura eficiente por parte da corporação de bombeiros existente em Marechal Cândido Rondon.

Devido ao carro pipa ser um veículo antigo, de conservação duvidosa, onde constantemente verificam-se problemas mecânicos e há constante falta de peças de manutenção, há grande demora nos atendimentos, tornando-se altamente prejudicial à segurança pública nos locais de incêndio.

Além da necessidade de estrutura física, que seja adequada à nova realidade da microrregião, Marechal Cândido Rondon sofre com a falta de profissionais preparados para exercerem a função de bombeiros. Os atuais bombeiros (Atendentes de Incêndio), são designados pela prefeitura municipal e não possuem formação específica para o setor, ficando à mercê da experiência adquirida ao longo dos anos. Quando há ocorrências de maior porte, o município precisa acionar o Corpo de Bombeiros da Cidade de Toledo, distante há cerca de 50 quilômetros de Marechal Cândido Rondon, onde os bombeiros levam aproximadamente uma hora para se deslocarem da sede da corporação até o local do incêndio ou atendimento solicitado.

Através dos estudos técnicos, ficará comprovada a urgente necessidade da efetivação da

unidade do Corpo de Bombeiros, pois Marechal Cândido Rondon destaca-se atualmente como a 4ª economia do Oeste do Estado e está recebendo grandes investimentos na área de construção civil, com diversos edifícios comerciais e residenciais em construção, além de inúmeras residências que vêm sendo edificadas a cada dia. O município apresenta ainda excelentes perspectivas de crescimento, onde diversos empresários e empreendedores estão demonstrando efetivo interesse em realizar novos investimentos.

A efetivação da unidade do Corpo de Bombeiros em Marechal Cândido Rondon recebe total apoio, além da administração municipal, da sociedade organizada e da comunidade regional. O assunto vem sendo, inclusive, tema de vários debates e discussões na região, sempre em busca de uma alternativa eficiente e urgente para o caso.

Para que a microrregião de Marechal Cândido Rondon seja contemplada com a nova corporação de bombeiros, existe o interesse da administração municipal em compor uma parcela com o governo do Estado, evitando que uma das partes acabe arcando sozinha com a efetivação da estrutura necessária. Para tanto, o Prefeito Municipal Aríston Limberger, está se colocando à disposição para discutir o presente projeto, que trará benefícios diretos a cerca de 150 mil paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 078

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental informações desse Tribunal, a respeito da situação das Concorrências Públicas nº 002/96 e 001/97, que tratam respectivamente, da execução do Portal Paisagístico e Complexo Turístico de Foz do Iguaçu (002/96) e construção do Parque da Barragem no Município de Foz do Iguaçu (001/97) que foram celebrados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos com a Paraná Turismo. Ambos órgãos da Administração Paranaense, bem como cópia das auditorias internas referente as concorrências citadas acima.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de pedido de informações ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Ney Leprevost, solicitando o que segue:

01 - Quanto foi gasto pela Secretaria de Esportes e Turismo, no patrocínio dos atletas do

Clube Paranaense de Esqui, que estiveram no início do mês de fevereiro na estação de esqui de Crans Montana nos Alpes Suíços?

02 - Quantos e quais atletas paranaenses estiveram presentes no V Campeonato Brasil Open de Esqui?

03 - Que objetivos a Secretaria pretendia atingir com o referido patrocínio?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Caíto Quintana.

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Acrescenta-se, ao artigo 180 da Constituição do Estado do Paraná, os seguintes §§:

“Art. 180 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma de lei.

§ 3º - O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.98.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende regulamentar a contratação de professores, técnicos e cientistas estrangeiros a nível estadual, tendo por fundamento que a Constituição Federal, em seu artigo 207, §§ 1º e 2º, e Lei Federal nº 9515, de 20 de novembro de 1997, regulamentam esta contratação por instituições de ensino superior federais.

Esta regulamentação, a nível estadual, é de fundamental importância para o ensino superior do Estado do Paraná, uma vez que constitui-se em mecanismo para o aperfeiçoamento de nossas instituições de ensino superior com o intercâmbio de conhecimentos.

Com este fundamento, espera-se a aprovação deste projeto de lei.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 023/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de Centro Regional de Esportes e Lazer Oswaldo Luiz Magalhães Santos, o Centro Regional do Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Gostaríamos de ter a honra em homenagear o nosso M.D. Secretário de Estado do Esporte e Turismo, Senhor Oswaldo Luiz Magalhães Santos, que no decurso de sua vida pública, sempre tratou com lisura e demonstrou grande interesse no desenvolvido pelo Estado do Paraná.

Informo ainda, que a solicitação, dá-se pedido de urgência, visto que o município tem em seu calendário anual a EXPOFAPA, em 05 de março do corrente ano, ocasião em que o Prefeito Municipal, gostaria de inaugurar o Centro Regional de Esporte e Lazer Oswaldo Luiz Magalhães Santos, do Município de Paranavaí.

PROJETO DE LEI Nº 024/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Esta lei estabelece normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores das esferas pública e privada do Estado do Paraná, com a finalidade de protegê-los das Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R..

Art. 2º - Define-se como Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R. as afecções que acometem os tendões, sinóvias, músculos, nervos faciais, ligamentos, isolada ou associadamente, com ou sem degeneração de tecidos, atingindo principalmente, porém não somente, os membros superiores, região escapular, pescoço e coluna vertebral. São provocadas por atividades nos processos de trabalho, assim como de sua organização, que exigem do trabalhador, de forma combinada ou não de:

a) utilização repetitiva, continuada e forçada de grupos musculares;

b) manutenção de posturas inadequadas;

c) tensão psicológica decorrente do ritmo, intensidade, duração da jornada ou mecanismos de controle do trabalho;

d) fatores relacionados aos postos de trabalho, aos equipamentos e às condições de trabalho que limitam a autonomia dos trabalhadores sobre os movimentos do próprio corpo e reduzem sua criatividade e liberdade de expressão.

Art. 3º - O Sistema Único de Saúde através dos Programas de Saúde do Trabalhador aplicará em suas atividades de fiscalização os seguintes critérios técnicos:

I - de procedimento de diagnóstico, tratamento e condutas das Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R. - Normas Técnicas para Avaliação de Capacidade - MPS/INSS, 1993;

II - de organização do trabalho, seguir os procedimentos da NR 17 - ERGONOMIA - Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, Portaria 3.214 de 05.06.78;

III - de prevenção das Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R. - baseada na adoção obrigatória das seguintes medidas:

a) garantia de informação aos trabalhadores sobre os riscos a que estão submetidos em função das condições de trabalho, assim como sobre as medidas adotadas pela empresa para evitar agravos à sua saúde;

b) estabelecimento de pausas e limitações de tempo de trabalho e determinados postos que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R. garantidas às pausas de 10 (dez) minutos para cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, com jornada de trabalho de 6 (seis) horas, sendo as pausas computadas como tempo trabalhado;

c) determinação de alterações nos processos e organização do trabalho de modo que permita o enriquecimento e alternância das tarefas, bem como o controle do ritmo de trabalho pelo trabalhador que o executa, visando a redução das pressões e tensões do trabalho;

d) adequação de máquinas, mobiliários, dispositivos, equipamentos e ferramentas de trabalho as características dos trabalhadores, de modo a reduzir a intensidade dos esforços aplicados a corrigir posturas desfavoráveis na realização de movimentos repetitivos;

e) adequação do ambiente de trabalho em relação a temperatura e aos níveis de ruído e iluminação garantindo o bem-estar dos trabalhadores;

f) estabelecimento de ações de vigilância da saúde dos trabalhadores com avaliações periódicas das condições e organização do trabalho;

g) estabelecimento de procedimentos de rotina de exames clínicos periódicos especiais incluindo os de retorno ao trabalho após licença médica superior a 15 (quinze) dias e no momento da demissão.

Art. 4º - Os casos de Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R., mesmos os suspeitos, deverão ser notificados, por qualquer empresa, pessoa, órgão ou entidade, aos órgãos competentes do Sistema Único de Saúde, que tomarão as providências necessárias.

Art. 5º - O descumprimento do estabelecido por esta Lei acarretará as penalidades seguintes:

- I - advertência;
- II - multa diária de 1 (uma) a 1.000 (mil) UFIR's;
- III - suspensão temporária das atividades em caso de reincidência ou risco grave à saúde.

Art. 6º - O Sistema Único de Saúde, através dos Programas de Saúde do Trabalhador, fiscalizará o cumprimento e aplicará as penalidades previstas na legislação vigente, especialmente as enumeradas no artigo 5º desta Lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R. é o nome que é utilizado para identificar um conjunto de doenças que atingem músculos, tendões e membros superiores, provocadas pelo uso inadequado destas estruturas anatômicas, em consequência de traumas cumulativos, geralmente relacionadas com a atividade profissional, podem ocorrer em funcionários que executam tarefas com movimentos repetitivos, continuados, rápidos e/ou vigorosos, durante um longo período de tempo.

Observando-se o aumento de incidências dessas lesões nessas diversas atividades, compreende-se a importância da apresentação do presente Projeto de Lei que estabelece normas de prevenção dessas doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R., com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho e consequentemente melhor qualidade de vida aos trabalhadores e maior produtividade nas empresas paranaenses.

Em função do elevado teor social deste projeto de lei, solicitamos especial atenção dos nobres Pares desta Casa no sentido de viabilizar a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 025/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, regidos pelas Leis Federais nº 1411 de 13 de agosto de 1951, 4769 de 09 de setembro de 1965, 5517 de 23 de outubro de 1968 e Decreto Lei Federal nº 9295 de 02 de maio de 1946, com as modificações posteriores, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os atuais servidores ocupantes dos cargos de nível superior, regidos pela Lei 7424 de 17 de dezembro de 1980, que institui o Plano de Classificação de Cargos do Estado e suas alterações, bem como a Lei 11414 de 07 de maio de 1997, portadores de diplomas de nível superior definidos nas respectivas regulamentações e expedidos até a data de promulgação da presente Lei, serão enquadrados no presente Plano de Carreira, em conformidade com o disposto na mesma.

Art. 2º - Ficam criados o número de cargos para as presentes carreiras, equivalentes ao necessário para o enquadramento dos atuais servidores, ocupantes de empregos inicial e a 1ª classe final, havendo entre estas uma diferença estabelecida por porcentagem fixada em ordem decrescente, conforme estabelecido no anexo único, que passa a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 3º - O ingresso nas carreiras de que trata a presente lei dar-se-á obrigatoriamente na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, tendo como membros da banca examinadora, a comissão partidária definida no Art. 14.

§ 1º - O concurso público compreende duas etapas, sendo a primeira constituída de uma prova escrita de caráter objetivo, avaliada em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, envolvendo conteúdo programático fixado na área de formação profissional dos integrantes do plano de carreira, conforme definido no Art. 1º da presente Lei.

§ 2º - A segunda etapa do concurso constituir-se-á na avaliação de títulos e observará a seguinte pontuação.

I - Capacitação profissional: Este grupo terá valor máximo atribuído, de 2,0 (dois) pontos e serão considerados os cursos na área profissional que trata o Art. 1º ministrados por estabelecimentos oficiais, concluídos com aproveitamento e carga horária expressos nos certificados.

a) Doutorado 2 (dois) pontos

b) Mestrado 1,8 (um ponto e oito décimos) por curso

c) Curso de especialização, com carga horária mínima de 360 horas 1,5 (um ponto e cinco décimos) por curso.

d) Curso de atualização e/ou aperfeiçoamento com carga horária de 120 a 360 horas: 0,5 (cinco décimos) de ponto por curso.

II - Experiência profissional: Este grupo terá valor máximo de 3 (três) pontos, onde será considerado:

a) tempo efetivo de serviço prestado como servidor público do Governo do Estado do Paraná: 0,5 (cinco décimos) de ponto por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses, exceto o tempo adicional.

§ 3º - O resultado final será a soma dos pontos obtidos nas duas etapas, sendo considerado aprovado o candidato que obtiver pontuação igual ou superior a 5 (cinco) pontos na prova escrita.

Art. 4º - O prazo de validade do concurso é de 02 (dois) anos, prorrogável por igual período, a partir da homologação, podendo ser nomeados neste período, a critério do Chefe do Poder Executivo, na ordem de classificação, candidatos aprovados em número não superior ao dobro de vagas existentes por carreira, na data de abertura do concurso.

Art. 5º - O Concurso de ingresso nas carreiras será realizado, obrigatoriamente, quando o número de vagas exceder 5% (cinco por cento) do quadro respectivo ou facultativamente, sempre que reclamar o interesse público, a juízo do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - O edital conterà no mínimo, as matérias sobre as quais versarão as provas, os respectivos programas, critérios de avaliação dos títulos e números de vagas existentes.

Art. 6º - Os cargos iniciais das carreiras de que trata esta Lei serão providos em caráter efetivo, por nomeação, obedecida a ordem de classificação no concurso público.

Art. 7º - O Chefe de Poder Executivo procederá ao enquadramento dos atuais servidores que preencham o requisito necessário ao exercício das profissões a que se refere ao Artigo 1º desta Lei, em suas respectivas classes, observando o princípio constante do inciso II do Artigo 34, da Constituição Estadual, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente lei.

Art. 8º - O enquadramento no plano de carreira dos servidores ocupantes de emprego público, conforme dispõe o Art. 1º da presente Lei, far-se-á observando rigorosamente a pontuação obtida pelo servidor conforme os seguintes critérios:

I - Experiência Profissional:

a) Tempo de Serviço como profissional de nível superior, conforme definido no Art. 1º desta Lei, na administração pública 1,0 (um ponto) por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses, exceto tempo adicional.

b) Tempo de serviço prestado ao Estado, e outras funções: 0,3 (três décimos de ponto) por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses, exceto tempo adicional.

II - Capacitação profissional:

a) Título de Doutorado na área: 1,5 (um ponto e cinco décimos) por curso

b) Título de Mestrado na área: 1,3 (um ponto e três décimos) por curso

c) Curso de especialização, curso ou seminário de aperfeiçoamento ou atualização profissional, cuja carga horária resulte em um total igual ou superior a 320 (trezentos e vinte horas: 1,5 (um ponto e cinco décimos) por curso.

d) Curso de especialização, curso ou seminário de aperfeiçoamento ou atualização profissional, cuja carga horária resulte em um total igual ou superior a 160 (cento e sessenta) horas: 0,8 (oito décimos) por curso.

e) Livro publicado, individual ou coletivo: 0,5 (cinco décimos) por livro.

f) Trabalho premiado, individual ou coletivo 0,3 (três décimos) por trabalho.

III - Outros títulos:

a) - Exercício de função de Diretor, Superintendente ou Presidente de órgão da administração direta autárquica e fundacional do Governo do Estado do Paraná: 1,0 (um) ponto por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses.

b) Exercício de funções de chefia, assessoria, gerência, fiscalização ou supervisão no serviço público: 0,5 (cinco décimos) por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses.

§ 1º - A distribuição dos cargos das carreiras de que trata a presente Lei será efetiva de acordo com a classificação obtida no somatório dos pontos auferidos pelos profissionais sujeitos ao enquadramento, obedecidos os percentuais a seguir:

1ª - Classe 10% primeiros colocados

2ª - Classe 15% melhores classificados após os enquadramentos na 1ª Classe

3ª - Classe 20% melhores classificados após os enquadramentos na 2ª Classe

4ª - Classe 25% melhores classificados após os enquadramentos na 3ª Classe

5ª - Classe 30% restantes.

§ 2º - Não há limitação para o número máximo de pontos obtidos, nas carreiras de que trata o Art. 1º da presente Lei.

§ 3º - Em caso de empate prevalecerá a inscrição mais antiga nos respectivos órgão de Classe.

§ 4º - Os servidores tratados no Art. 1º, após o enquadramento previsto nesta Lei terão seus cargos e empregos originários automaticamente extintos.

§ 5º - Os servidores sujeitos ao enquadramento que trata este artigo terão prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a documentação comprobatória necessária para pontuação junto a Secretaria de Estado da Administração.

Art. 9º - Os integrantes da carreira de que trata esta Lei terão a promoção que será efetivada de Classe em Classe pelos critérios da antigüidade e merecimento alternadamente, após a ocorrência de vagas.

§ 1º - A Secretaria de Estado da Administração - SEAD fará publicar em janeiro e junho de cada ano, no Diário Oficial do Estado a relação de vagas existentes no Quadro de Carreira e a lista de antigüidade dos servidores da carreira aptos à promoção.

§ 2º - Consideram-se vagas, para efeito deste artigo, também as decorrentes das promoções previstas e abertas sucessivamente, nas respectivas classes.

§ 3º - Os integrantes aptos à promoção nas carreiras de que trata o Art. 1º, habilitar-se-ão às mesmas mediante requerimento dirigido ao Secretário de Estado da Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação em Diário Oficial, que trata o § 1º desta artigo.

§ 4º - As promoções serão processadas conforme o Art. 21 desta Lei, para preenchimento das vagas ocorridas conforme os critérios dispostos no "caput" deste Artigo.

Art. 10 - Somente após 2 (dois) anos de efetivo exercício na respectiva classe, poderá o servidor ser promovido por qualquer dos critérios indicados.

§ 1º - Quando não houver candidato que satisfaça o requisito deste artigo, poderá seja por antigüidade ou por merecimento, concorrer à promoção o servidor que contar, pelo menos com tempo superior à 365 ((trezentos e sessenta e cinco) dias de efetivo exercício.

§ 2º - O servidor promovido à classe superior deverá contar novo interstício para efeito de nova promoção.

Art. 11 - A antigüidade será apurada pelo tempo de efetivo serviço na classe, em dias corridos a partir da data da última promoção publicada de acordo com o § 1º do Art. 9º.

§ 1º - As reclamações contra a relação de antigüidade deverão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da respectiva publicação.

§ 2º - O empate na classificação por antigüidade resolver-se-á favoravelmente ao candidato que possuir pela ordem:

a) maior tempo de serviço como profissional conforme definido no Artigo 1º desta lei, na administração Pública;

b) maior tempo de serviço público estadual, em outras funções;

c) maior tempo de serviço em funções de assessoramento superior (DAS)

d) maior tempo de serviços em funções comissionadas (CC)

Art. 12 - O mérito para efeito de promoção será aferido em consideração à competência profissional, levantada semestralmente pela SEAD, e aprovadas pela comissão conforme definido no Art. 14, sendo obrigatoriamente considerados pontualidade no cumprimento das obrigações profissionais, aprimoramento técnico e complexidade da função desenvolvida.

§ 1º - A avaliação será publicada de acordo com o § 1º do Art. 9º.

§ 2º - Os pedidos de revisão de avaliação deverão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da respectiva publicação.

Art. 13 - Os períodos de afastamento do servidor da administração pública estadual por licença de qualquer natureza ou por cessão a outros órgãos dos demais poderes, órgãos da administração pública federal ou municipal, não serão considerados para efeito de aplicação no Art. 9º desta lei.

Art. 14 - Fica criada uma Comissão Mista, de foro consultivo, composta, no mínimo, por três membros indicados pelo Poder Executivo, um membro indicado pelos respectivos órgãos de classe e dois membros indicados, respectivamente, pelos sindicatos das categorias envolvidas, com as atribuições de acompanhamento dos critérios estabelecidos pela presente lei.

Art. 15 - Os vencimentos básicos das carreiras de que trata esta lei serão os constantes da tabela do anexo único, reajustados segundo a legislação salarial em vigor, mantidos os percentuais de diferenças entre as classes.

Art. 16 - Os ocupantes das carreiras de que trata esta lei sujeitam-se a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais ficando assegurada a percepção das vantagens constantes dos Artigos números: 140, 159, 169 e 172 da Lei Estadual nº 6174/70 no que couber.

Art. 17 - Aos ocupantes da carreira de que trata esta lei fica assegurada a percepção de verba de representação, no percentual de 170% (cento e setenta por cento), sobre o vencimento básico.

Art. 18 - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a realizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da conclusão do enquadramento que trata o Art. 8º da presente lei, concurso público para preenchimento das vagas remanescentes dos órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional.

Art. 19 - Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições constantes da Lei Estadual nº 6.174/70.

Art. 20 - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Executivo.

Art. 21 - O Chefe do Poder Executivo regulamentará, no que couber, no prazo de 30 dias, as disposições desta lei.

Art. 22 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE LEI Nº 026/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os contratos de financiamento habitacional custeados exclusivamente com recursos estaduais, pela COHAPAR e COHAB, não poderão comprometer mais de 20% (vinte por cento) da renda familiar do mutuário, com os encargos mensais.

Art. 2º - Em se tratando de mutuários aposentados, o percentual dispendido com encargos não comprometerá mais de vinte por cento (20%) dos proventos de inatividade.

Art. 3º - Define-se como encargo mensal, para efeitos desta lei, o total pago, mensalmente, pelo beneficiário de financiamento habitacional e compreendendo a parcela de amortização de juros, destinada ao resgate do financiamento concedido, acrescida de seguros estipulados em contrato.

Art. 4º - O reajustamento dos encargos mensais, terá por base o mesmo índice e a mesma peri-

odicidade de atualização do saldo devedor dos contratos, mas a aplicação deste índice não poderá resultar em comprometimento de renda em percentual superior ao máximo estabelecido nesta lei.

§ 1º - Sempre que o valor do novo encargo resultar em comprometimento da renda do mutuário em percentual superior ao estabelecido nesta lei, a instituição financiadora, à pedido do mutuário, procederá a revisão do seu valor, para adequar a relação encargo mensal/renda ao referido percentual máximo.

§ 2º - As diferenças apuradas nas revisões de encargos mensais serão atualizadas com base nos índices contratualmente definidos para reajuste do saldo devedor e compensados nos encargos mensais subsequentes.

Art. 5º - A relação entre os encargos mensais e a renda do mutuário será estabelecida entre os valores do mês imediatamente anterior ao da verificação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Objetivo deste projeto de lei é garantir a devida proteção econômica aos mutuários dos Sistemas Estadual e Municipais de Habitação, evitando comprometimento de renda acima do suportável e ao mesmo tempo, estabelecendo adequação à realidade sócio-econômica que se verifica na atualidade.

PROJETO DE LEI Nº 027/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Para os efeitos desta lei, denomina-se Auditoria Ambiental Compulsória a realização de avaliações e estudos destinados a verificar:

I - o cumprimento das Normas Legais Ambientais em vigor;

II - os níveis efetivos ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental por atividades de pessoas físicas ou jurídicas;

III - as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle de poluição;

IV - as medidas necessárias para assegurar a proteção do meio ambiente, da saúde humana e minimizar impactos negativos e recuperar o meio ambiente;

V - a capacitação dos responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas, instalações e equipamentos de proteção do meio ambiente;

VI - os fatores de risco advindos das atividades potencialmente e efetivamente poluidoras.

Art. 2º - O órgão estadual de meio ambiente determinará, quando necessário, a realização de auditorias ambientais periódicas ou ocasionais, estabelecendo diretrizes e prazos específicos.

Art. 3º - As auditorias ambientais compulsórias serão realizadas às expensas da pessoa jurídica pública ou privada objetivo de auditoria e com equipe de sua livre escolha, de comprovada habilitação e competência na atividade a ser auditada.

§ 1º - Sempre que julgar necessário, o Órgão Estadual do Meio Ambiente, poderá determinar que as auditorias ambientais sejam conduzidas por equipes técnicas independentes do auditado.

§ 2º - quando as auditorias ambientais forem realizadas por equipes do próprio auditado, pertencentes ao seu quadro funcional, esta não poderá se composta por técnicos responsáveis pela operação da empresa.

Art. 4º - A responsabilidade técnica pela auditoria ambiental compulsória caberá a profissional de nível superior, devidamente habilitado e credenciado pelo órgão de fiscalização profissional.

§ 1º - Os auditores ambientais, quer pessoas físicas ou jurídicas, deverão ser cadastradas previamente no Órgão Estadual do Meio Ambiente.

§ 2º - O órgão estadual de meio ambiente estabelecerá normas de procedimento contendo critérios a serem seguidos para fins de cadastramento dos auditores ambientais.

§ 3º - A omissão, sonegação ou falsidade de informações, pelos auditores ambientais, devidamente apuradas, descredenciarão os mesmos para realização de novas auditorias ambientais, sendo o fato comunicado aos respectivos órgãos de fiscalização profissional e à Procuradoria Geral da Justiça.

§ 4º - Os agentes públicos dos órgãos ambientais do Estado do Paraná, não poderão ser cadastrados para realização de auditorias ambientais compulsórias no Estado do Paraná.

Art. 5º - Deverão obrigatoriamente realizar auditorias ambientais compulsórias periódicas, com o intervalo máximo de 3 (três) anos, as pessoas jurídicas públicas ou privadas com atividades de elevado potencial poluidor ou degradador do meio ambiente, tais como:

I - refinarias, oleodutos e terminais de petróleo e seus derivados;

II - instalações destinadas à estocagem de substâncias tóxicas e perigosas;

III - instalações de processamento e/ou de disposição final de resíduos tóxicos ou perigosos;

IV - unidades de geração e transmissão de energia elétrica;

V - instalações de tratamento e disposição final de esgotos domésticos;

VI - indústrias petroquímicas e siderúrgicas;

VII - indústrias químicas e metalúrgicas;

VIII - instalações portuárias;

IX - atividades de extração e beneficiamento mineral;

X - instalações de processamento, recuperação e destinação final de lixo urbano;

XI - indústrias de papel e celulose;

XII - gasodutos;

XIII - usinas de álcool;

XIV - instalações de processamento e produção de carvão vegetal;

XVII - indústrias de produção de cimento;

XVIII - indústrias de tratamento de superfície;

XIX - atividades agrícolas com uso intensivo de agrotóxicos;

XX - empresas do setor madeireiro;

XXI - empresas de extração de areia;

XXII - instalações de processamento e destinação final de lixo hospitalar;

XXIII - curtumes.

§ 1º - Compete ao órgão estadual de meio ambiente, definir as dimensões e características das atividades e instalações relacionadas neste artigo, que poderão ser dispensadas da realização de auditorias ambientais compulsórias periódicas, em função de seu pequeno porte ou de seu reduzido potencial poluidor ou degradador do meio ambiente.

§ 2º - A critério do órgãos estadual de meio ambiente são também passíveis de auditorias ambientais compulsórias as atividades públicas ou privadas, que a qualquer tempo gerem ou venham a gerar impactos ou riscos ambientais relevantes.

Art. 6º - Constatadas infrações ambientais, poderão ser realizadas auditorias ambientais compulsórias ocasionais sobre os aspectos às mesmas relacionados independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 7º - As diretrizes para realização de auditorias ambientais compulsórias deverão incluir, entre outras, avaliações relacionadas aos seguintes aspectos:

I - cumprimento das normas legais relativas à Legislação Ambiental;

II - cumprimento das condições estabelecidas nas licenças ambientais e no estudo prévio de

impacto ambiental, quando houver, bem como as exigências feitas pelas autoridades competentes em matéria ambiental;

III - dinâmica dos processos operacionais do empreendimento, com o manejo de seus produtos parciais, finais e dos resíduos operacionais;

IV - impacto sobre o meio ambiente, provocado pelas atividades operacionais;

V - avaliação dos riscos de acidentes e dos planos de contingências, para evacuação e proteção dos trabalhadores e da população situada na área de influência, quando necessário;

VI - avaliação de alternativas tecnológicas disponíveis, de processos, sistemas de tratamento e monitoramento, para a redução dos níveis de emissão de poluentes;

VII - avaliação dos efeitos dos poluentes sobre os trabalhadores e população lindeira.

Parágrafo Único - O órgão estadual de meio ambiente estabelecerá as diretrizes adicionais e específicas, consideradas necessárias à realização das auditorias ambientais.

Art. 8º - Todos os documentos relacionados às auditorias ambientais compulsórias serão acessíveis a consulta pública, preservado o sigilo industrial.

§ 1º - Após a entrega do Relatório Final ao órgão estadual de meio ambiente, a pessoa jurídica ou privada auditada deverá publicar um Edital de comunicação, em periódico de grande circulação, e no Diário Oficial do Estado do Paraná, sob o título de "Auditoria Ambiental Compulsória", com informação sobre o local, o horário e prazo, este de, no mínimo, 30 (trinta) dias, em que os documentos poderão ser consultados.

§ 2º - A manifestação sobre os documentos relacionados às auditorias ambientais, inclusive o Relatório Final, poderão ser apresentados no prazo de 15 (quinze) dias a partir do prazo estabelecido no § 1º deste artigo, em documento escrito que será levado em consideração pelo órgão estadual de meio ambiente, quando da análise do processo de auditoria ambiental da empresa auditada.

Art. 9º - O Plano de correção das não conformidades contendo as medidas de correção necessárias, a serem implementadas pela pessoas jurídica pública ou privada auditada, bem como os respectivos prazos de implementação, deverá ser analisado, aprovado e fiscalizado, pelo órgão estadual de meio ambiente.

Parágrafo Único - No Plano de correção das não conformidades identificadas deverão constar, entre outras, as seguintes informações:

a) justificativa para cada uma das soluções apresentadas;

b) o Cronograma Físico de implantação das medidas corretivas necessárias.

Art. 10 - A realização de auditorias ambientais não exime as atividades efetivamente ou potencial poluidoras ou causadoras da degradação ambiental do atendimento a outros requisitos da legislação em vigor, bem como de qualquer ação fiscalizadora, ou das obrigações de controle ambiental das atividades.

Art. 11 - A renovação da licença ambiental ficará condicionada a apresentação do último relatório final de auditoria ambiental, na periodicidade estabelecida, bem como o cumprimento das medidas necessárias conforme cronograma aprovado.

Parágrafo Único - O não atendimento implicará no impedimento da renovação da licença além da sujeição às sanções previstas em lei.

Art. 12 - A não realização da auditoria ambiental compulsória estabelecida, nos termos desta lei; a não publicação do Edital de Comunicação; bem como, a não implementação do Plano de Correção das não conformidades identificadas, segundo o cronograma aprovado; sujeitarão os transgressores as seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente:

I - multa, de acordo com os valores a serem estabelecidos, em regulamento, pelo Poder Executivo;

II - não renovação da licença ambiental;

III - interdição parcial ou total da atividade.

Parágrafo Único - A reincidência implicará na cassação da licença ambiental.

Art. 13 - O Poder Público, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, deverá adotar as medidas necessárias para capacitar de forma técnica administrativa e financeira o órgão estadual de meio ambiente no atendimento das finalidades previstas na presente lei.

Art. 14 - A presente lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa dias), a contar da data de sua publicação.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O processo de globalização da economia requer uma nova postura com relação à utilização e à conservação dos recursos naturais.

Atualmente, Economia e Ecologia são ciências que devem agir de forma conjunta para possibilitar a implementação de uma política de desenvolvimento sustentado, dentro dos parâmetros da "nova ciência" chamada Bionomia.

As auditorias ambientais constituem um instrumento de gestão ambiental das empresas, dando início ao processo de eco-eficiência através da redução de custos de produção em função do uso racional dos recursos naturais, marketing, ganho de mercado e auto-monitoramento. Sendo as auditorias um dos itens importantes para capacitar as mesmas ao recebimento da certificação da ISO-1400.

Salientamos ainda, que as instituições financeiras internacionais, entre os critérios utilizados para a liberação de recursos, o item meio ambiente (gestão ambiental das empresas), vem sendo um fator de extrema importância para execução das referidas operações financeiras.

Baseado nestes fatores, solicitamos a especial atenção dos nobres Pares desta Casa de Leis para a viabilização deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 028/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Pró-Amor de Deficientes Físicos de Irati, localizada no Município de Irati-Pr.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Pró-Amor de Deficientes Físicos de Irati, constituiu-se numa sociedade filantrópica sem fins lucrativos.

Entre suas atividades constam: a realização de campanhas para melhoria da qualidade de vida dos deficientes físicos, através de ações que permitem a integração dos mesmos na sociedade, a referida Associação promove ainda atendimentos na área de saúde (fisioterapia, psicologia, odontologia), bem como a realização de alguns cursos profissionalizantes.

Em função dos motivos expostos, solicitamos o seu conhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 029/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - Núcleo de Toledo - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - Núcleo de Toledo - Paraná, constitui-se numa sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Toledo - Paraná, com a finalidade de congregar e representar a classe Médico Veterinária e Zootecnista da região de Toledo, promovendo o aprimoramento e valorização profissional das classes supra citadas, através do pleno exercício da profissão e a fiel execução das leis específicas em vigor no Código de Ética Profissional.

Suas atividades também são voltadas para o auxílio ao município e região, constando entre elas campanhas de esclarecimento e orientação, levando informações à população sobre zoonoses, vacinação anti-rábica, reuniões e encontros técnicos com temas específicos abertos ao público em geral, visando elevar a qualidade de vida da população através das informações, bem como esclarecimentos quanto a legislação da profissão e problemas envolvendo animais, como casos de agressões e ferimentos.

Pelo exposto, dentre outras atividades de elevado teor social, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 030/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Produtores Rurais de João Vieira, localizada no Município de Faxinal - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Produtores Rurais de João Vieira, constitui-se numa sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Faxinal - Paraná, orga-

nizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores e produtores rurais do Distrito de João Vieira - Município de Faxinal - Paraná.

Entre suas atividades constam: o intercâmbio com instituições oficiais e particulares, objetivando a troca de experiência e recursos de interesse mútuo; a realização de campanhas de conscientização na área de saúde e aprimoramento das mais variadas técnicas agropecuárias; a busca de recursos no âmbito federal, estadual e municipal, para a execução de suas diretrizes; dentre outras atividades de elevado teor social, possibilitando a melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida.

Em função dos motivos expostos, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 31/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Bônus Verde - Paraná Mais Limpo, visando proporcionar um benefício fiscal/financeiro às empresas paranaenses que utilizem no seu processo produtivo, como matéria prima, resíduos poluidores oriundos do processo produtivo de outras empresas paranaenses.

Parágrafo Único - Caberá ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná a definição e qualificação da referida matéria prima, oriunda de resíduos poluidores de outra empresa paranaense. Podendo inclusive exigir registro dos resíduos poluidores de cada empresa paranaense, para melhor controle e divulgação visando facilitar o encontro dos interessados.

Art. 2º - As empresas beneficiárias desse incentivo receberão Bônus Verdes, equivalentes a 100% do valor da compra ou planilha de custo da matéria prima utilizada no seu processo produtivo, oriunda de resíduos poluidores de outras empresas paranaenses.

Art. 3º - Os Bônus Verdes - Paraná Mais Limpo, terão liquides imediata, e poderão servir, para pagamento de qualquer multa e seus encargos, e tão somente delas, referente a qualquer imposto ou taxa, que qualquer Pessoa Física ou Jurídica tenha com o Estado do Paraná.

§ 1º - Os Bônus Verdes - Paraná Mais Limpo serão créditos abertos, em valores expressos na moeda corrente do país, pela Secretaria da Fazenda

em nome da empresa beneficiária junto ao Banco do Estado do Paraná - BANESTADO;

§ 2º - Os créditos abertos, citados no parágrafo acima, não sofrerão reajuste e nem remuneração, pelo BANESTADO ou Governo do Paraná, pois são contas gráficas a serem utilizadas como forma de desconto quando do pagamento de uma multa, junto aos cofres do Estado do Paraná.

§ 3º - O referido Bônus Verde poderá ser negociado pelas empresas beneficiárias, quando acharem oportuno, podendo o fazer com ágio ou deságio, fato que não alterará o valor do crédito disponível junto ao BANESTADO para o referido encontro de contas para o pagamento de eventual multa do Estado do Paraná, de devedor pessoas Física Jurídica.

§ 4º - O BANESTADO fica autorizado a fornecer a quem interessar possa o valor, o nome e endereço, das empresas detentoras dos créditos dos Bônus Verdes, para facilitar a negociação entre os interessados.

Art. 4º - O BANESTADO fica autorizado a fornecer a quem interessar possa o valor, o nome e endereço, das empresas detentoras dos créditos dos Bônus Verdes, para facilitar a negociação entre os interessados.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A criação dos Bônus Verdes - Paraná Mais Limpo pretende orientar uma nova postura frente ao que possa ser a carga poluidora produzida por uma empresa paranaense.

Objetiva portanto demonstrar oportunidades de negócios e inclusive surgimento de empresas, com a respectiva geração de emprego e renda, com a utilização, como matéria prima, dos referidos rejeitos poluidores.

Tornar útil o que parece inútil e potencialmente poluidor.

Quantas empresas tem que proceder armazenagens especiais dos seus efluentes ou rejeitos acarretando custos adicionais aos seus processos e conseqüentemente produtos.

Como nossos lixões, rios e terras estão suportando cargas tóxicas e como poderão ficar amenizados no seu uso como matéria prima de outra empresa.

Quando os Municípios e o Estado do Paraná economizarão com estas utilizações como matéria prima, tornando-se fontes de arrecadação futura, pois servirão para elaboração de novos produtos.

Um ponto a destacar é que a criação do Bônus Verde não afeta a arrecadação do Estado e nem tão pouco gera dívida, pois os Bônus serão utilizados tão somente para pagamento de multas e não do principal de qualquer dívida de pessoas físicas ou jurídicas frente ao Estado.

PROJETO DE LEI Nº 032/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Denomina a Rodovia que liga o Município de Jesuítas à Comunidade de Itaguajé de "Orlando Campana".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 01.03.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Orlando Campana, foi cafeicultor no Município de Jesuítas desde 1963. Foi Vereador no Município de Formosa do Oeste no ano de 1970, era Dirigente da Federação Mariana da Diocese de Toledo, ministro da eucaristia, Presidente e Dirigente da Tesouraria da Paróquia Santo Inácio de Loyola e Diretor Efetivo do entreposto da COPACOL de Jesuítas de 1987 a 1992.

Faleceu em 03 de outubro de 1998.

PROJETO DE LEI 033/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Denomina a Rodovia que liga o Município de Jesuítas ao Distrito de Carajás de "Dr. José Maria da Silva".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Dr. José Maria da Silva, nasceu em 23 de fevereiro de 1930 no Município de Tamboril no Estado do Ceará.

Formou-se médico pela Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro em 1959.

Veio para o Distrito de Jesuítas no ano de 1968, onde comprou um pequeno hospital e o trans-

formou em Hospital Santa Rita, que funciona até hoje.

Faleceu em 05 de fevereiro de 1994, mas sua família permanece no Município de Jesuítas, onde ainda administram o hospital.

PROJETO DE LEI 034/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Banco de Promoção Humana do Toledo - PROVO-PAR, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 17 de setembro de 1985, com Estatutos devidamente registrados sob nº 266, livro PJ de nº 01, no Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Toledo-PR, inscrita no CGC/MF sob nº 77.837.193/001-64, e que tem por finalidade realizar amplo trabalho na área de promoção e assistência social aos munícipes que dela necessitam, para tanto, vem organizando-se burocraticamente para sua legalização e continuidade dos trabalhos ora desenvolvidos.

Trata-se de uma entidade que presta relevantes serviços à comunidade, oferecendo toda assistência à população, pelo que é merecedora do reconhecimento e apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a aprovação do presente projeto de lei, que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI 035/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a proceder modificação na sistemática do repasse da quota do fundo de participação devida às prefeituras municipais correspondente à arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS-, creditando a totalidade da porcentagem do tributo arrecadado à conta do município de origem residencial e profissional do comprador.

Art. 2º - Para operacionalização do que trata o Artigo 1º, as notas fiscais obrigatoriamente emitidas

pelos estabelecimentos comerciais, deverão conter espaço para o registro do município onde reside o comprador e de documentos comprobatórios de sua identidade e domicílio.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a determinar o prazo de 180 dias, a contar da data da publicação desta lei, para o início da sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros fatores aos quais não nos referimos, vez que todos eles são sobejamente conhecidos por cada um e por todos os parlamentares com assento nesta Casa, contribuíram, principalmente nas três últimas décadas, para o desenvolvimento do êxodo populacional, fenômeno verificado notadamente na área rural e citá-los, seria desdenhar a inteligência de Vossas Excelências.

Recorro aos números fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - o IBGE e pelo nosso IPARDES, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social dando conta de que a região Noroeste, que nos anos sessenta abrigava 51 por cento da população do nosso Estado, hoje acolhe menos que a metade de então.

Maria Helena, por exemplo, teve sua população decrescida de 41 mil moradores que lá viviam em 1970 para cerca de 8 mil habitantes segundo o censo de 91 e Iporã que já ostentou a marca dos 72 mil viventes, hoje é ocupada por um terço daquele total.

Os institutos acima nominados e nós mesmos assistimos o esvaziamento e o conseqüente empobrecimento da maioria dos municípios e o crescimento de alguns poucos, como é o caso de São José dos Pinhais que saltou de 34 mil no ano de 70 para mais de 127 em 91, talvez agora beirando a casa dos 200 mil habitantes. Londrina teve sua população praticamente duplicada nesse mesmo espaço de tempo, o mesmo ocorrendo em Maringá.

Há - Senhor Presidente, que se declarar esses números para o chamamento da atenção da classe política, para esse desequilíbrio.

Desequilíbrio que tanto aflige o nosso companheiro prefeito do pequeno município que vê diminuídas as forças produtivas de sua comunidade, como o do médio e do grande município, às voltas com os problemas sócio-econômicos e administrativos decorrentes do inchaço de sua cidade.

O quadro que ora exponho - Eminente Deputada, Senhor Presidente, Nobres Colegas, é o respaldo para o documento cuja análise é transferida para a consciência coletiva desta Casa e a sua aprovação será uma prova incontestada de que aqui estamos para realmente cumprirmos a missão que nos foi delegada pela vontade da gente paranaense.

Por nenhum de nós é ignorada a aflitiva situação financeira em que se encontra a maioria das prefeituras municipais.

E ainda recentemente, a Secretaria Estadual da Fazenda divulgou os novos índices de participação no bolo tributário, atribuídos para cada município, muitos deles penalizados com cortes que variam de 20 a 30 ou mais por cento, decretando suas ingovernabilidades.

O projeto que submeto ao juízo deste Plenário reflete a preocupação com a situação das comunidades que representamos.

Reflete e oferece um mecanismo, uma fórmula, uma solução para o equacionamento do problema descrito que a todos atormenta.

Diversos jornais publicaram o artigo "A geladeira de Mirador e o ICMS de Maringá" onde, resumindo, mostro a distorção que poderá ser corrigida, a partir da aprovação do projeto em vossas mãos.

É o Prefeito Jair, de Mirador, como é o José Otacilio, de Santa Mônica, ou o seu colega, nosso companheiro Pedro Castanhari, de Itaúna, também o Antônio Carlos, de Lobato e centenas de outros, que vêm um seu concidadão, talvez compadre, valer-se do ônibus da municipalidade para encaminhar um filho à escola ou procurar a assistência social para o atendimento de um problema de saúde em família, ao mesmo tempo em que esse mesmo município, dispondo de recursos para adquirir uma geladeira, ou uma televisão, um novo fogão, ou um trator, ou um caminhão, ou mesmo um automóvel, obriga-se a recorrer ao comércio da cidade-polo, pois a sua pequenina Mirador, não tem uma loja de eletrodomésticos ou uma revenda de utilitários.

Daí, que o cidadão Miradorzense, Lobatense ou Itaunense que se vale dos serviços prestados pela sua prefeitura, acaba por contribuir para o crescimento do bolo tributário da cidade-maior, dotada de melhores meios para a comercialização.

Eis, portanto, Eminentíssimos Parlamentares, a nossa contribuição para a correção dessa gritante e perniciosamente distorção, prevendo que a sua prática possa se consubstanciar no reerguimento sócio-econômico de cada pequeno município paranaense, ensejando principalmente, meios para estacamento de uma malfadada indústria que nele se instalou e que chamamos de indústria da mudança.

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Serviço de Assistência Social Ebenezer, também designado pela sigla "SASE".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Assistência Social "Ebenezer", que ora encaminho para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criado em 20/06/87, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas da assistência social, da educação, da cultura, da religião, do esporte e recreação, visando a recuperação integral da pessoa humana, registrado sob nº 22 livro AV-1, de pessoas jurídicas, em 01/03/88, e inscrita no CNPJ sob o nº 80.293.855/0001-97, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A Instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, da cultura, do esporte e do lazer, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais seguimentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI 037/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Hospital "Bom Jesus", com sede e foro na Cidade de Rio Negro Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Hospital "Bom Jesus", que ora encaminho para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 21/01/1918, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de prestar assistência à saúde, servir de campo de instrução para estudantes da área de saúde e desenvolver atividades educacionais na área da saúde e orientação sanitária à comunidade em geral, registrada sob nº 17 livro AB, de pessoas jurídicas, em 28/02/40, e inscrita no CNPJ sob o nº 80.860.273/0001-45, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 70602 de 25/05/72, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A Instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, da saúde, à pessoas carentes sem distinção de idade, nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra condição social.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI 038/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de Rodovia Felix Feiwisch Lerner, o trecho da PR-484, que liga Quedas do Iguaçu a Três Barras do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de homenagear o Senhor Felix Feiwisch Lerner, um emigrante polonês que dedicou a sua vida ao trabalho e à formação de sua família nas generosas terras paranaenses.

Falecido no ano de 1994, o Senhor Felix F. Lerner, pai do nosso Governador Jaime Lerner, sempre demonstrou muito amor e respeito ao Estado do Paraná e ao povo paranaense.

Sendo assim, entendemos ser justa a nossa proposição de denominar o trecho PR-484 como Rodovia Felix Feiwisch Lerner e esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI 039/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas que produzam, importam, distribuam ou comercializam agrotóxicos, seus componentes e afins são responsáveis pela destinação final das embalagens vazias por elas comercializadas, após a devolução pelos usuários, bem como dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória, dos impróprios para utilização ou em desuso, de acordo com as instruções aprovadas pelos órgãos registrante, obedecidas as normas legais vigentes ou estabelecidas pelas autoridades sanitárias ambiental competentes, ou seja saúde, meio ambiente e agricultura.

§ 1º - O Poder Público sanitário-ambiental competente deverá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação desta lei, em regulamento próprio os mecanismos e controle e os procedimentos para as empresas e os canais ligados à comercialização e aos usuários os critérios de devolução das embalagens e dos produtos acima citados.

§ 2º - As embalagens possíveis de serem lavadas deverão obrigatoriamente serem procedidas de tríplice lavagem pelos usuários de acordo com as recomendações técnicas a serem apresentadas quando do seu cadastramento no Estado pelo seu responsável legal.

Art. 2º - As empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos seus componentes e afins, deverão criar, com a colaboração do Poder Público, programas educacionais e mecanismos de controle à devolução de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, num prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta lei.

Art. 3º - O Poder Público é responsável por fiscalizar a destinação final adequada das embalagens vazias de agrotóxicos seus componentes e afins, compreendendo os processos de armazenamento, transporte, reutilização e inutilização, bem como controlar a devolução dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória e impróprios para utilização ou em desuso.

Parágrafo Único - Poderá ser autorizado pela autoridade sanitária ambiental competente, a reciclagem das embalagens de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Art. 4º - Constitui transgressão a legislação vigente de agrotóxicos sujeitará os infratores à pena de multa ou crime de acordo com a Lei 7802 de junho de 1989, da destinação a embalagens vazias

ou resíduos de agrotóxicos, seus componentes e afins, a produtos apreendidos pela ação fiscalizatória, impróprios para utilização ou em desuso, em desacordo com as recomendações aprovadas pelos órgãos registrantes e sanitários ambientais competentes.

§ 1º - As penalidades serão aplicadas pelos órgãos do Poder Público, responsáveis pela fiscalização nos setores de saúde, meio ambiente e agricultura.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo responsável pela sua regulamentação no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei busca orientar e disciplinar o destino das embalagens de agrotóxicos, seus componentes e afins, objeto de grande preocupação por parte de setores esclarecidos e responsáveis da sociedade, pelos graves riscos de contaminação direta e ambiental que vem causando aos usuários e às populações rurais e urbanas.

É assunto de mais alta relevância para a agropecuária estadual, visto serem os produtores rurais os maiores usuários de agrotóxicos e os que, juntamente com os trabalhadores rurais, manipulam esses produtos.

A Lei nº 7.802/89, conhecida como "Lei dos Agrotóxicos", discrimina o destino final dos resíduos e embalagens como uma das questões a ser regida pela referida Lei. Entretanto, em que pese seus méritos, ela é omissa no que diz respeito à destinação final dos resíduos e embalagens, não contemplando dispositivos específicos para normalizar a questão.

Assim, a inexistência de uma legislação específica sobre a matéria agrava mais o problema, já que a maioria dos usuários, de sua parte, descartam essas embalagens no próprio ambiente, sem nenhum critério sistemático, comprometendo o meio ambiente quando, não raro, reutilizam as embalagens de forma inadequada, com gravíssimos riscos para a saúde.

A extensão do problema é ainda maior se considerar que, a cada ano, são geradas milhões de embalagens de agrotóxicos sem que ao menos tenham sido descontaminadas ou tenham destinação prevista adequadamente. Assim, nas regiões de importância agrícola no Estado, verifica-se um crescente acúmulo de embalagens vazias de agrotóxicos

nas propriedades, por falta de procedimento adequados para seu descarte.

Além do mais, constata-se a tendência de que esses produtos venham a ser comercializados em embalagens com princípios ativos mais concentrados, o que aumenta o risco e o poder de contaminação.

Frequentemente, essas embalagens são simplesmente abandonadas nas próprias propriedades rurais, sem nenhum critério ou cuidado especial, jogadas em buracos, vossorocas, em cursos d'água ou mesmo utilizadas para fins que seu uso oferecer risco à saúde.

O enterio dessas embalagens e o seu armazenamento em aterros à céu aberto vem sendo praticados comumente utilizadas, mas comprometem o lençol freático e as fontes de suprimento de água, já que restos de agrotóxicos são facilmente lixiados pela ação das chuvas.

Assim, além de inutilizarem áreas agricultáveis, contaminarem o meio ambiente, cria-se, também, um problema invisível, potencialmente maior e legal para as gerações futuras um lixo, na maioria das vezes, de difícil destruição, como o plástico e o vidro.

Ademais, a acumulação de embalagens contaminadas com diferentes produtos num mesmo local pode provocar, pela mistura e ação do calor e da água, reações químicas que potencializam a ação dos seus princípios ativos, gerando produtos com composições desconhecidas e reações imprevisíveis, que não podem ser neutralizados, sobretudo, em caso de acidentes. Tal fenômeno se agrava se considerar que estes produtos com composições desconhecidas geram gases tóxicos e poluidores e um "chorume" que são fontes de poluição ambiental, já que podem atingir lençóis freáticos, mananciais ou áreas habitadas, causando efeitos tóxicos nos animais, nos vegetais e na população.

A queima a céu aberto das embalagens plásticas, prática usualmente utilizada para destruição das embalagens gera, muitas vezes, gases mais tóxicos que os venenos contidos nas próprias embalagens e constitui uma perigosa fonte de poluição e de risco à população.

Não raro, essas embalagens são simplesmente transferidas do campo para as áreas urbanas, sem as mínimas precauções, transferindo e concentrando assim o problema nas cidades.

Também, como resultado da intensa comercialização de agrotóxicos são gerados uma quantidade expressiva de produtos que são retirados do mercado por estarem fora das especificações ou condições de uso ou por terem seu uso proibido no País ou no Estado, não raramente, são armazenados incorretamente em depósito ou nas próprias propriedades rurais.

Desta forma, o presente Projeto de Lei preenche uma grave lacuna existente na legislação sobre agrotóxicos.

PROJETO DE LEI Nº 040/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Assis Gurgacz, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Assis Gurgacz, com sede em Cascavel, fundada em 03 de outubro de 1997, é uma entidade sem fins lucrativos, tendo dentre suas finalidades principais, o amparo e desenvolvimento do ser humano, principalmente os sem recursos, promovendo o seu crescimento social através de programas de ensino em todos os níveis e suas modalidades, e outros objetivos de cunho social conforme se depreende do seu estatuto.

Trata-se de entidade que preenche todos os requisitos legais exigidos pela Lei nº 6994, de 10.01.98, que trata da matéria, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa à aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 042/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescentado o inciso XIV, ao artigo 249, da Lei nº 6174/70, com a seguinte redação:

Art. 249 -...

XIV - faltas não justificadas, não excedentes de trinta dias, durante um quinquênio

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa acrescentar como excludente de afastamento de exercício da função pública a hipótese de faltas não justificadas, não superiores a 30 (trinta) dias durante um quinquênio.

A referida exceção já se encontra prevista no Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná, no artigo 128, inciso XIX, com a mesma redação dada

pela proposição em questão. Neste caso, a exceção se refere ao tempo de serviço, sendo considerada a hipótese como efetivo exercício para efeito de contagem de serviço.

Assim sendo, nada impede que a exceção das faltas não justificadas não excedentes a 30 (trinta) dias durante um quinquênio, já aplicada para efeito de contagem de tempo de serviço, aceitas até o número de 60 (sessenta) para esta hipótese, seja também aplicada para efeito de licença especial.

Entendemos que a devida redução se faz necessária, haja visto que o período de contagem é menor, ou seja, a aquisição do direito de licença especial, se dá no prazo de 5 (cinco) anos, preenchidos os requisitos legais.

Destaca-se ainda, que de forma geral as situações previstas no artigo 128 da Lei nº 6174/70 referentes a contagem de tempo de serviço, são em linhas gerais, as mesmas aplicadas no artigo 249 da mesma lei, referente a licença especial. Não havendo, portanto, qualquer contradição ou contrariedade em relação ao disposto na lei ora objeto de alteração.

Desta forma, solicitamos aos nobres pares desta Colenda Casa, apoio à presente proposição, para que possamos adequar o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná, homogeneizando-o quanto às exceções aceitas para as várias situações, até porque, a distinção entre as duas situações não se justifica.

Projeto De Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 041/ 99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Esta lei contempla os municípios que instituem, através de instrumento normativo próprio, políticas municipais de preservação do Patrimônio Cultural, histórico, artístico, arqueológico e natural, e de incentivo à cultura e à produção cultural; bem como aqueles que abriguem em seu território áreas ou sítios tombados pelos órgãos federais ou estaduais de preservação do Patrimônio Cultural.

Parágrafo Único - Além de definir as políticas municipais de preservação do Patrimônio Cultural, de incentivo à cultura e às produções artísticas populares e eruditas, os municípios deverão adotar meios efetivos de preservação de edificações, monumentos, áreas e sítios de valor histórico-cultural, incluindo aqueles herdados das civilizações indígenas e coloniais, e o estímulo às tradições culturais de comunidades tradicionais remanescentes.

Art. 2º - Para os fins desta lei, as Prefeituras Municipais deverão instituir Conselhos Municipais de Cultura, para que se proceda o levantamento dos seus bens culturais, para efeito de cadastramento junto ao órgão estadual responsável pela preservação do Patrimônio Cultural, e para que possam gerir programas estaduais e municipais de incentivo à cultura.

Art. 3º - Fica instituída, como atribuição do Órgão Estadual responsável pela preservação e pesquisa em Patrimônio Cultural e de fomento à cultura:

I - O Cadastro Estadual do Patrimônio Cultural, histórico, artístico, arqueológico, natural e de manifestações e produções culturais;

II - Apoio às Prefeituras municipais e conselhos municipais de cultura no levantamento do Patrimônio Cultural para fins de cadastramento e instituição de programas de orientação e acompanhamento para projetos municipais de incentivo e preservação cultural.

Parágrafo Único - Serão inscritos no Cadastro Estadual de Patrimônio Cultural:

a) os bens móveis e imóveis existentes no município, cuja conservação seja de interesse público, pela sua vinculação a fatos ou acontecimentos memoráveis da história local e/ou por excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico;

b) os monumentos naturais, assim como os sítios e paisagens que devam ser conservados pela feição notável com que foram dotados pela natureza ou pela obra humana;

c) as manifestações próprias da cultura e da tradição de cada município, através de suas próprias especificidade.

Art. 4º - Para os efeitos desta lei, 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do montante do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, será distribuídos aos municípios que estejam inscritos no Cadastro a que se refere o artigo anterior.

Art. 5º - A repartição de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do ICMS entre os municípios alcançados pelas disposições desta Lei será feita da seguinte forma:

I - 33% (trinta e três por cento) para os municípios com áreas ou sítios tombados pelos órgãos federais ou estaduais de preservação do Patrimônio Cultural, histórico, arqueológico, artístico e natural e que proponham ações efetivas voltadas à preservação destes;

II - 33% (trinta e três por cento) para os municípios que instituírem e implantarem políticas municipais de preservação e pesquisa em Patrimônio Cultural, histórico, arqueológico, artístico e natural e procederem o levantamento e cadastramento de áreas e sítios de valor patrimonial;

III - 33% (trinta e três por cento) para os municípios que implantarem políticas municipais de incentivo à cultura e efetivamente estejam direcionando, nessas ações políticas, projetos voltados ao apoio das manifestações culturais locais.

Parágrafo Único - No caso dos incisos I e II deste Artigo, a existência de áreas ou sítios tombados pelos órgãos federais ou estaduais de preservação do Patrimônio Cultural, não impede que os municípios intentem a política municipal a que alude o Artigo 1º, prevalecendo, neste caso, a critério de maior compensação financeira.

Art. 6º - Os critérios técnicos de alocação dos recursos referidos no artigo anterior serão definidos pelo Órgão Estadual responsável pela preservação do Patrimônio Cultural e de fomento e aprovados por decreto do Governador até 120 (cento e vinte dias) após a vigência desta Lei.

Art. 7º - Os percentuais relativos a cada município serão anualmente propostos pelo Órgão Estadual responsável pela preservação do Patrimônio Cultural e de fomento, e fixados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.99.

(a) PÉRICLES MELLO.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná possui uma riquíssima herança histórica, caracterizada, por exemplo, na formação das cidades históricas no litoral paranaense, marcos dos primeiros tempos de colonização; nas formações urbanas dos Campos Gerais, surgidas com o tropeirismo, importante ciclo econômico de nossa história; e em diversas manifestações culturais, que abrangem desde a cultura dos negros escravos, dos portugueses e espanhóis colonizadores, dos povos europeus imigrantes e das culturas autóctones indígenas, cujos registros arqueológicos tem remetido à uma ocupação humana de nossa região em torno de 9 mil anos.

Esta diversidade étnica legou comportamentos culturais importantes nos costumes, na alimentação, na música, nas artes, nas construções, constituindo uma história cultural que, em sua generalidade, nos torna únicos. Infelizmente, porém, são raras as políticas públicas visando a preservação

de áreas e sítios de valor histórico-artístico, inclusive os remanescentes de civilizações indígenas e coloniais, os quais, na maioria das vezes, acabam sendo destruídos ou aproveitados de forma inadequada, levando, muitas vezes, à sua extinção.

Igualmente, as manifestações culturais tradicionais contemporâneas, que são legado desta formidável história, não têm recebido um tratamento por parte do Poder Público, sendo indispensável assegurar instrumentos que garantam o incentivo, a livre expressão, a divulgação das culturas próprias de cada localidade e a produção cultural.

Assim sendo, o objetivo do presente projeto de lei é estabelecer o ICMS-Cultural, ou seja, prever e prover recursos para a implantação, em cada município paranaense, de políticas próprias de preservação do Patrimônio Cultural, histórico, artístico, arqueológico e natural, assim como de incentivo às culturas tradicionais locais e à pesquisa e produções culturais.

Semelhante ao já instituído ICMS-Ecológico, que visa compensar os municípios portadores de patrimônio naturais, essenciais à reprodução e à qualidade de vida, garantindo sua preservação, o ICMS-Cultural objetiva garantir recursos que assegurem os meios para a preservação do Patrimônio Cultural, histórico, artístico, arqueológico e natural, assegurando a memória histórica de um povo e garantindo às sucessivas gerações o conhecimento e os instrumentos para a apreensão e valoração das manifestações culturais, que conduziam os grupos humanos às suas relações presentes. Ao mesmo tempo, visa proporcionar condições para o desenvolvimento e incentivo das culturas tradicionais locais, mediante uma compensação de recursos aos municípios, via repasse de parcela do ICMS.

Entendemos que o Poder Público não deve separar os esforços para melhorar a qualidade de vida, da noção de preservação do Patrimônio Cultural e do incentivo às culturas tradicionais e à produção e pesquisa culturais. A cultura está intimamente relacionada à qualidade de vida, caracterizando a existência social de um povo ou nação. Constitui uma manifestação humana através da qual os indivíduos se dignificam, estabelecem elos entre si e enriquecem seu cotidiano. É a expressão de visões de mundo, que eleva os indivíduos à condições de membros de uma coletividade, fazendo com que estes assim se reconheçam, pois é pela cultura que os indivíduos criam um terreno comum sobre o qual se reconhecem a si e ao próximo como seres sociais.

Considerando o artigo 216 da Constituição Federal e o artigo 190 da Constituição do Estado do Paraná, o qual expressa que "a cultura, direito de todos e da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos

Poderes Públicos Estadual e Municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa”, o presente Projeto busca a criação de um mecanismo efetivo e seguro, que possibilite a implantação de políticas voltadas para a preservação do Patrimônio Cultural de uma forma abrangente, como também de incentivo à cultura local.

Insere-se este, num contexto mais amplo, de reação aos efeitos da globalização sobre a cultura em geral. A crescente mercantilização de todas as esferas da sociedade acaba, no plano da cultura, por empobrecer as experiências individuais e coletivas, pela interferência nos modos de produção, a destruição dos ambientes naturais e a desvalorização do patrimônio simbólico, representando em saberes ancestrais, edificações e monumentos.

A transformação da cultura em forma mercadoria é uma das marcas destes tempos de economia globalizada, que se caracteriza, também, pela perda de espaço do Estado para o mercado, no sentido da definição de políticas culturais e prioridades sociais. E quando mais a globalização interfere em todas as esferas da existência humana, mais importante tornar-se a preservação da memória histórica, a pesquisa e o incentivo às culturas locais, pois estas constituem, com suas características singulares, os saberes e fazeres da humanidade.

A cultura fala de perto a cada um de nós, convida os homens a se verem como seres sociais, a indagarem sobre a natureza das suas relações e das realidades que partilham, gerando forças que as mantêm e as transformam. A cultura é o elo de ligação do indivíduo com a sociedade; é também o elo de ligação com seus antepassados, com sua origem, que tem reflexos na forma como ele pensa o futuro.

Com este fundamento, espera-se a aprovação deste projeto de lei.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhores Deputados, três assuntos nos levam a usar da palavra neste Pequeno Expediente e requeiro também o Horário da Liderança do meu Partido, o PDT para conversarmos neste recinto sobre alguns fatos da vida do nosso Paraná.

O primeiro se refere à nossa Cidade de Ponta Grossa, retroagindo a quatro ou cinco anos passados. O gerenciamento do nosso melhor ponto turístico da região dos Campos Gerais, Vila Velha era feito pela prefeitura da nossa cidade, do então prefeito Paulo Cunha Nascimento. Houve uma

eleição na qual o atual prefeito de Ponta Grossa, Jocelino Canto, venceu a eleição e o Estado do Paraná, fazendo uma proposta à nossa cidade, à nossa região fez com que aquele gerenciamento fosse novamente retornado ao governo do Estado, mais precisamente à Secretaria de Esporte e Turismo. Diversos projetos, reuniões com empresários, reuniões na Associação Comercial e Industrial da cidade, com os Deputados, Vereadores e com o Prefeito, oportunizaram naquela ocasião, alguns projetos, como o portal de entrada, os novos sanitários, a nova infra-estrutura das trilhas de Vila Velha e infelizmente, até o dia de ontem, não foi anunciada e nada foi feito, a não ser aquilo que já existia.

Sabemos que existe um projeto chamado “Campos Gerais” que inicia na nossa cidade, em Castro, onde terá o Parque Temático do grande prefeito Braga; vai a Piraí do Sul, a Tibagi, a Telêmaco Borba e vai dar uma continuidade aquilo que o Paraná quer, que é fazer turismo integrado.

Estamos entrando com um pedido a S. Exa. o Senhor Governador e ao Secretário que já demonstrou interesse, o Senhor Leprevost Neto, quando em contato em Ponta Grossa lá esteve o Beto Carrero dando mostras que a nossa região poderá ter, por parte daquele grande empresário do mundo turístico brasileiro e internacional, um novo parque, chamado Parque dos Elefantes, ao lado de Vila Velha. O atual prefeito de Ponta Grossa, as lideranças e nós também desejamos que o governo do Estado devolva à Prefeitura de Ponta Grossa e que o Secretário de Esporte e Turismo dê oportunidade ao povo pontagrossense, aos empresários, enfim, a nós todos, comunidade dos Campos Gerais, para gerenciarmos a administração pública do Parque Estadual de Vila Velha, pois assim o fazendo iremos ali implementar o que não foi feito nesses últimos três anos com as promessas realizadas e não cumpridas e desejamos fazer com que a prefeitura de Ponta Grossa, a comunidade da região realmente dêem a Vila Velha, aquele cartão de visita, a todos os turistas brasileiros e estrangeiros que ali apontam, fazendo com que o gerenciamento de emprego, o investimento e principalmente a presença mais de perto do poder público àquilo que Deus nos ofereceu e está abandonado. O governo central da República entendendo que a saúde quem gerencia o município, o governo central desta República também entendendo que a educação quem gerencia deve ser o município, nós também argumentamos que o turismo deve ser gerado, dirigido e organizado, no caso o Parque Estadual de Vila Velha que estava indo muito bem, apesar dos percalços, mas agora, nas mãos do Estado, vai realmente muito mal.

Então, Senhor Presidente, queremos de volta aquilo que Deus já nos deu. O que falta é tão somente, devolver o gerenciamento para a prefeitura de Ponta Grossa e falta tão somente devolver o gerenciamento para a Prefeitura de Ponta Grossa. E agora, quando vemos que realmente o Secretário tem boa vontade com que esta idéia seja devolvida, e quando o Ministro Rafael Greca já alertava pela Prefeitura e por este Deputado, quanto ao gerenciamento do Parque, ele já nos afirmava que verbas seriam canalizadas nos projetos apresentados e autorizados pelo Governo do Estado, teria o respaldo do Sr. Ministro Rafael Greca, que será por nós, pela comunidade do Paraná e de Ponta Grossa, da região dos Campos Gerais, homenageado por este parlamento, estará presente no próximo dia 12, ali no Madalosso, dando mostras que o Paraná unido no turismo que temos em solo paranístico, será mesmo o turismo do vizinho Estado de Santa Catarina e de outros da Federação que merece atenção do poder constituído.

Concedo um aparte ao ilustre Deputado Péricles Mello.

O Sr. Péricles Mello

O senhor trata de um assunto de extrema importância para o Paraná e particularmente para a região dos Campos Gerais e para a nossa Cidade de Ponta Grossa.

Deputado Zuk, estive em Vila Velha, no domingo da semana passada, levando uma amigo baiano, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, que estava em Ponta Grossa fazendo palestras, no Sindicato, e ficamos transtornados com o que vimos lá.

Para início, não existia nem sequer o prospecto dado ao turista para orientar o caminho das pedras. Conversamos com um rapaz da empresa terceirizada que cuida de Vila Velha, e ele nos disse que tinha terminado no dia anterior e que à tarde eles iriam buscar outra leva de prospectos para serem distribuídos. Não há nenhuma proteção nas pedras. Algumas importantes estão perdendo a sua forma e se descaracterizando. O turista chega lá, não tem quem o oriente. Existe apenas as pessoas que cuidam do Parque, que catam o lixo aqui e ali, mas nenhuma orientação científica, orientação turística mesmo às pessoas que vão àquele Parque tão importante.

Sabemos que também quando estava nas mãos do município, tinha problemas. Mas, acho que o seu pronunciamento com mentalidade nova que estamos querendo criar, se unirmos forças, os Deputados de Ponta Grossa, a Prefeitura, entidades não-governamentais, e a região dos Campos Gerais que também tem interesse em Vila Velha, ficará em melhores mãos, se estiver nas mãos do município.

Quero aproveitar esse aparte, Deputado Luiz Carlos Zuk, o senhor apresentou um projeto, criando na região metropolitana que foi retirado, estou reapresentando o projeto e convicto de que o senhor assine comigo, criando o Conselho de Turismo, Defesa do Patrimônio Natural, Histórico e Cultural dos campos Gerais. Este Conselho aprovado é de muita importância, principalmente nesse momento em que temos um Ministro de Turismo, que é uma pessoa culta, sem dúvida nenhuma uma pessoa que conhece o Paraná, podemos ter divergência ideológicas, mas respeitamos a erudição do senhor Rafael Greca, e ele conhece o Paraná.

Neste momento, temos que aproveitar, criando este Conselho que vai congrega todas as prefeituras, a Associação dos Municípios dos Campos Gerais, não só administrativa, mas a região geográfica englobando o Campo do Tenente, a Lapa, o Caminho das Tropas, que vai até Sangés. Temos pontos importantes como Quartelá, que é uma das coisas mais bonitas deste país e pouco conhecida. Esse Conselho, sendo aprovado, vai ajudar na gestão de Vila Velha e, sem dúvida, vai levar uma nova consciência e um desenvolvimento muito importante para o turismo da nossa região, gerando empregos, porque sabemos que hoje, neste mundo, falta emprego na indústria e se destrói o emprego secundário. O setor de turismo é o setor terciário capaz de gerar grande número de empregos, que a nossa cidade e a nossa região, precisam.

Parabéns pelo seu pronunciamento e conte com o nosso apoio desde já.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Já sabíamos de antemão, agradecendo a oportunidade da palavra do ilustre Deputado Péricles, que poderíamos contar não só com ele, mas com a totalidade deste parlamento, porque sabemos que o interesse maior não é a questão política nem ideológica e nem partidária; é paranista. A questão do turismo no Paraná que queremos realmente seja de interesse de toda a população e principalmente as divisas que os visitantes aqui trazem, principalmente aqueles que trabalham, tenham melhores rendimentos.

Aproveitamos a oportunidade, na presença do Líder do Governo, ilustre Deputado Valdir Rossoni, que neste projeto da Região Metropolitana de Ponta Grossa, que aprovamos a Região Metropolitana de Londrina e temos o exemplo da Região Metropolitana de Curitiba, tenha, neste ano, realmente, a sua tramitação normal, porque sabíamos que naquela oportunidade, pelos argumentos apresentados pelo Líder do Governo e por nós acatado, sabíamos que era realmente naquela ocasião extemporânea pela dificuldade com que se encontrava alguns trâmites legais daquele projeto. E agora

como já temos o parecer da CCJ, quando já temos realmente meio caminho andado da Região Metropolitana, queremos nesta ocasião pedir ao Líder do Governo que, nos dê condições de aprovarmos a Região Metropolitana de Ponta Grossa, conjuntamente com esse Conselho que será apresentado e agora com a oportunidade de ser parceiro do Deputado Péricles, para fazer com que não só Vila Velha, nem o Parque Temático de Castro, nem Quartelá, de Tibagi, nem Furnas, nem a Lagoa Dourada, nem o Buraco do Padre, enfim todos os atrativos, realmente turísticos da nossa região tenham o amparo do Governo do Estado, que o Governador Jaime Lerner tem carinho, dando mostras no Quartelá quando da sua inauguração. O ilustre presidente também o conhece de perto, nós temos, realmente, o que os outros não possuem que é a presença da natureza pela bondade do nosso bom Pai que faz inveja a outros quadrantes desta nação por aquilo que possuímos; faltando tão somente um aprimoramento, uma modelação naquilo que realmente necessitamos, que é um atrativo melhor aos turistas que aqui vêm.

Por último, Senhor Presidente, Senhores Deputados, recebemos na porta deste plenário um jornal do vizinho Município de Tibagi onde em uma de suas matérias se encontra a Transbrasiliana, aquele trecho que liga Tibagi-Ventania e que leva, a nossa ligação até Telêmaco Borba, trecho esse abandonado, com dificuldades nesta safra do milho, que se apresenta com uma quantidade enorme que supera os anos anteriores, para fazer o transporte, o escoamento da produção por aquele trecho. É outra matéria que estaremos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, somando esforços com os Deputados da região para que possamos dar continuidade àquela obra paralisada, não é somente trecho, mas também o trecho que liga nossa cidade ao vizinho Município de Irati e também de Irati a Inácio Martins, que também está paralisada, necessitamos fazer com que aquilo que o Péricles disse, esquecermos divisões partidárias, ideológicas e realmente nos somemos para que possamos dar ao Paraná uma roupagem nova, de uma política decente, honesta, transparente, devolvendo a Ponta Grossa, a Vila Velha e complementando as ligações que faltam.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Ouçõ com atenção o seu pronunciamento, da sua preocupação com Ponta Grossa, com a região de Campos Gerais e é desta forma que um representante tem que se portar, defendendo os interesses para a região, que ele representa.

A questão da Transbrasiliana, levantada pelo senhor, neste momento, é uma rodovia federal, do Governo Federal, que começou a executá-la, e por falta de recursos no Orçamento do ano passado e, neste ano que inicia também sem recursos no Orçamento da União, realmente a obra parou, prejudicando uma série de produtores que usam este trecho que liga Tibagi a Ventania.

E lembrar aqui que o trecho que liga Tibagi a Telêmaco Borba dentro de mais noventa dias vai ser inaugurado porque a empresa que está conduzindo o seu trabalho, mesmo sem ter o pagamento em dia pelo Governo do Estado, está tocando a obra e já praticamente com data marcada para inaugurá-la. Uma estrada importante que vai ligar Tibagi a Telêmaco Borba, uma estrada estadual que o Governo do Estado deve inaugurar dentro de pouco tempo.

A preocupação realmente é esta Transbrasiliana, uma rodovia federal que liga Tibagi a Ventania e esperamos que com o trabalho dos Deputados Estaduais e conversando com a Bancada Federal e levando a preocupação a nível de Brasil, possamos fazer com que na hora de mexer novamente no Orçamento da União, possamos ver a nossa Região dos Campos Gerais, Tibagi e Telêmaco Borba sendo contemplada com recursos do Orçamento e desta forma a obra possa ser recomeçada.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradecendo o aparte do Deputado Plauto, queria também, Senhor Presidente, rememorar nesta ocasião que a Prefeitura de Ponta Grossa parece-me vai assumir, vai ser parceira de uma entidade de Ponta Grossa ligada ao Deputado Péricles na reconstrução, ou melhor ainda, naquilo que realmente é um patrimônio da história do Brasil que é a nossa Velha Estação que merece conjuntamente ao Governo do Estado por ser um dos atrativos turísticos desta malha turística da Região dos Campos Gerais.

O Sr. Hidekazu Takayama

Estou ouvindo com muita atenção o depoimento de V.Exa. e me somo à sua iniciativa, não somente parabenizando, mas, lhe prestando total apoio nas obras referentes à nossa Região de Ponta Grossa que lhe deve muito, Deputado Zuk, pelas obras que temos visto e que são inegáveis aos olhos públicos. A grande praça e muitas obras que ficarão para a história, como realização de V.Exa. quando então prefeito de Ponta Grossa.

Também na região de Inácio Martins, onde já morei, fui professor do Colégio Estadual em Irati por uma ocasião, e seu das imensas dificuldades que aquela rota aquele trecho da Região que sofre em função da falta de asfalto. É impossível que numa época em que o homem já esteve na Lua,

obras por todo este País, e não ter na Região de Irati, Gutierrez e Inácio Martins contemplado com asfalto.

Quero me somar o V.Exa. com todo o empenho necessário pela realização do asfaltamento e das obras públicas que a região merece. estamos juntos nesta batalha para reivindicar estas obras que são necessárias para toda aquela região, somando inclusive a região de Rebouças e o eixo de asfalto que liga Irati à Região de São Mateus do Sul.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço ao ilustre Deputado Takayama e, quero finalizar dizendo que acreditamos que o Secretário Leprevost e o Governador Jaime Lerner irão dar a condição para que o povo de Ponta Grossa, através do gerenciamento de Vila Velha melhore o parque turístico e atração a todos os turistas que ali aportam.

Encerro, Senhor Presidente, uma vez mais agradecendo o Governo do Estado que no próximo dia 03, quarta-feira, estará assinando o contrato presente do ano à nossa cidade, à nossa Região, que começou pelo trabalho de V.Exa. como Secretário de Indústria e Comércio, que é a presença dos gás, pois já perdemos diversas indústrias por falta deste gasoduto que terá a sua indicação com assentamento dos canos e, principalmente com as ligações finais já com a demanda pedida pela Companhia Paranaense de Gás, através do seu ilustre presidente, já quase que toda ela exaurida, Senhor Presidente, com a demanda oferecida às indústrias já existentes e dando oportunidade que novos investimentos dêem à região, à cidade, ao nosso Estado, aquele surto que necessitamos que é acabar, com o pessimismo e fazermos com que as verdadeiras, as somatórias sejam o presente que realmente a cidade, a região, o Estado e a Nação precisam.

Obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência parabeniza-o pela explanação e soma-se às suas preocupações, principalmente no que diz respeito a Vila Velha.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero fazer uma saudação especial a todos os Deputados novos que assumiram conosco o compromisso de fazer uma gestão importante para o crescimento do povo do Paraná. Saudar especialmente os Deputados de Cascavel: Tiago Amorim Novaes, Antonio Baratter, Luiz Carlos Litro.

Gostaria de iniciar lembrando que há 30 anos atrás, ainda nas Sessões Extraordinárias, fiz uma manifestação sobre a inutilidade do kit obrigatório, que fez com que, muitos proprietários de carros comprassem o kit e que muitos deles foram multados por este Brasil afora e hoje nós estamos vendo uma correção pela Câmara Federal que elimina o kit obrigatório. Só falta passar pelo Senado e temos certeza absoluta que o kit será eliminado da vida dos motoristas brasileiros.

Naquela época nos manifestamos como fruto de uma picaretagem, fruto de alguém combinado com alguém que queria engrossar e encher os bolsos das indústrias do kit. Felizmente o Brasil corrige um problema que era de todos, mas infelizmente ninguém vai devolver o dinheiro das multas, ninguém vai devolver o dinheiro desse kit inútil e muito bem abordado pelo Deputado Alborghetti nesta Casa de Leis.

Gostaria também de entrar, Senhores Deputados, com uma questão que preocupa muito os avicultores do Paraná. A exposição e a defesa das reivindicações da Associação dos Abatedouros e Produtores Avícolas do Paraná, AVIPAR, já encaminhadas ao Governo do Estado, pelo Presidente da entidade, Paulo Ferreira Muniz, pleiteando incentivos fiscais como os que vigoram no Estado de São Paulo.

São as seguintes as medidas propostas:

Crédito presumido sobre todas as saídas no percentual de 7%.

Diferir o ICMS sobre todos os insumos nas operações internas e importações, inclusive bens do ativo fixo para investimento no setor;

Diferir o ICMS para os estabelecimentos abatedouros e incubatórios em relação ao consumo de energia elétrica e telefone;

Permissão da transferência simultânea dos créditos de ICMS acumulados ao estabelecimento varejista e/ou para fornecedores de forma simplificada, a exemplo do concedido a outros setores;

Permissão para transferência simplificada (direto nas agências) dos créditos do ICMS do produtor rural de aves e suínos para pagamento integral na aquisição de insumos e equipamentos;

Manter o crédito sobre os insumos adquiridos de outros Estados. "Se não adotarmos iniciativas desta ordem os produtores perderão a competitividade e a produção paranaense de frangos caindo como em 1998, quando cresceu apenas 4% diante de um aumento de 9% na produção nacional.

A AVIPAR esclarece aqui. Esse conjunto de medidas servirá para manter milhares de empregos diretos e indiretos gerados pela atividade, reestabilizando os preços das alterações verificadas para aquisição das matérias-primas em consequência da crise econômica por que passa o Brasil.

Queria lembrar que na interinidade da Governadora Emilia Belinati, ela recebeu Lideranças da AVIPAR quando pleiteavam esse benefício para os produtores de frango do Paraná para poder ter competitividade suficiente para manter o mercado aberto no Estado de São Paulo que concedeu estes e outros benefícios aos avicultores de São Paulo.

Me lembro muito bem da manifestação da Governadora em exercício que pleiteava e incorporou a defesa dos interesses dos agricultores. Logo depois da volta do nosso Governador Jaime Lerner dos Estados Unidos, ele simplesmente breiou esta intenção dos avicultores do Estado do Paraná, achando que não deve dar esse incentivo. E quero frisar a todos os Senhores Deputados que os avicultores do Paraná pedem apenas o diferencial de 2% não estão pedindo isenção do ICMS, estão pedindo crédito presumido sobre todas as saídas no percentual de 7%, hoje o crédito presumido do Paraná é de 5% e o débito é de 12%. Portanto, eles pedem apenas 2%.

Acho que é uma manifestação justa, é um pedido justo para mantermos os melhores empregos que existem neste Estado vivendo da produção e da economia de frango.

E é bom lembrar, Senhores Deputados, que as grandes empresas abatedoras de frango deste Estado, como a Perdigão, como a Sadia, estão fazendo os seus investimentos em Goiás e na Bahia. E nós aqui, que somos grandes produtores de frango, estamos perdendo pela insensibilidade do Governo em não conceder um diferencial de apenas 2% no crédito do ICMS.

Gostaria de pedir o apoio de todos os Senhores Deputados para que abracem essa reivindicação dos nossos avicultores, Senhor Presidente Nelson Justus, para que se possa fazer justiça e o que os avicultores do Paraná possam continuar recebendo um tratamento como recebe o vizinho Estado de São Paulo para que a gente possa manter essas milhares de famílias...

O SR. NEREU MOURA

V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Edgar Bueno, V.Exa. aborda um assunto de tal importância, não só para o Paraná, mas sobretudo para Sudoeste e Oeste do Paraná aonde se concentra grande quantidade de abates de frangos.

O frango na verdade, pela característica das propriedades, na sua grande maioria formada por minifúndios, se transformou num momento preponderante na manutenção do homem no campo. Foi uma estratégia de Governo que fez com que os agricultores optassem pela avicultura, até como diversificação da sua propriedade.

De uns tempos para cá, Deputado Edgar Bueno, Vossa Excelência como um homem preocupado, conhecedor da situação, sabe muito bem que quase todos eles independente da integração, passam por enormes dificuldades, porque o frango foi o símbolo do Real - durante quatro anos acabou sendo uma das peças fundamentais da manutenção da estabilidade da moeda e da diminuição da inflação. Quem pagou, evidentemente, parte dessa pesada conta foi o nosso agricultor.

Sabemos que quase todos os frigoríficos, a Sadia, a Chapecó, a Aurora, a Perdigão e outras empresas passaram por enormes problemas financeiros, derivados dessa estagnação do preço do frango e com a diminuição das exportações do frango também para o Mercado Comum Europeu e para os outros mercados.

Tivemos lá na nossa região, um problema gravíssimo com a Chapecó, que parou suas atividades ocasionando um drama enorme para os agricultores a ela integrados. Até hoje estão padecendo fortemente em função da falta de uma solução para o problema: quinhentos e trinta e cinco agricultores integrado à Chapecó.

Estamos acompanhando o Governo Federal anunciar a redução do IPI para os carros importados.

O Governador Mário Covas já anunciou também a redução do ICMS para o frango, fazendo com que o produto de São Paulo tenha uma competitividade muito maior que o nosso.

Ouvi com entusiasmo quando a Governadora Emilia Belinati disse, lá em Cascavel, pela imprensa, que iria se somar ao grito do agricultor, para que houvesse na verdade a diminuição do ICMS, a redução tributária em cima do frango, do agricultor.

Esperamos que Vossa Excelência, quando traz esse assunto aqui na Assembléia, a discussão, que não é uma crítica, mas simplesmente vem traduzir o anseio da nossa região, do Paraná, dos agricultores e dos produtores, sirva efetivamente como um alerta ao Governo do Paraná. É fundamental a tomada de uma decisão no sentido de fazer com que os agricultores tenham capacidade de competição. O drama a que os agricultores estão submetidos é enorme, perverso e cruel.

Quero parabenizá-lo por trazer essa discussão aqui na Assembléia e esperamos que o Governador Jaime Lerner e o Secretário da Fazenda possam escutar o grito - que não é de Vossa Excelência, mas que é dos agricultores do Paraná, que são os produtores de aves.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência cumprimenta os dois oradores por ocasião do assunto tão importante e sugere aos Deputados que, por ocasião das Comissões Per-

manentes da Casa, levem esse assunto novamente à baila, até porque acredita que todos os Deputados são favoráveis para que haja uma equiparação por parte do Governo do Estado com o dispositivo utilizado pelo Governo de São Paulo.

Nobre Deputado, o seu horário já foi utilizado.

Passamos ao Grande Expediente.

O SR. EDGAR BUENO

Muito obrigado.

Agradeço as palavras do Deputado Nereu Moura e também do Presidente Nelson Justus, que são sensíveis a esse grande problema que vive o Paraná.

Precisamos fazer parte da nossa economia, da geração de empregos e da característica principal do Estado do Paraná, que é a produção agropecuária. Por isso, todos devemos estar envolvido. Vamos pedir o apoio ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, que também deverá se incorporar dentro dessa reivindicação para que o problema dos avicultores do Paraná possa continuar em ritmo de produção, oferecimento de empregos e geração da economia deste Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, continua com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do PDT, no Congresso Nacional, se reuniu para fazer uma análise do que está acontecendo com o nosso Governo Federal e o título deste documento expedido pela Bancada do PDT, a nível nacional, é o seguinte.

(Lê):

“Na república cínica de FHC, a solidariedade morre em silêncio”

Já não há limites para a violação da soberania. Depois do vexame televisivo em que o vice-presidente do FMI, Stanley Fischer, diz o que o Brasil dever fazer e não fazer em matéria de política econômica, depois da infame entrega do patrimônio público a meia dúzia de escroques internacionais, agora só falta chegar os mariners. Fariam menos estragos à auto-estima nacional do que a indicação de Armínio Fraga para o Banco Central.

Mas, afinal, quem está preocupado com isso? Depois de se vender falsetes seculares como a ‘democracia racial’, ‘povo cordial’, as agências oficiais do pensamento único já não tentam abafar os escândalos. Assim criam a cultura do que ‘isso-não-vai-dar-em-nada’. E não dá.

Por isso mesmo, entidades com algum grau de vigilância ética e cívica, como as centrais de trabalhadores, a OAB, a CNBB ou o MST, já nem pedem explicações para o vazamento de informações sobre a maxidesvalorização ou sobre as informações privilegiadas a que teria tido acesso o megainvestidor George Soros.

Afinal, quem se lembra do escândalo do PROER, que cobriu rombos criminosos de banqueiros muito chegados ao poder, estimados em U\$28 bilhões? Alguém sabe de qualquer indiciamento do banqueiro Ângelo Calmon de Sá? Quem se lembra do nome da nora de FHC que deu uma despesa extra para o Tesouro de cerca de U\$6 bilhões? e os bilhões roubados por quem especulou com dólar às vésperas da desvalorização do Real?

Quando o Presidente FHC usava a agricultura para maquiar os índices da cesta básica, desempregando no campo mais de 1,5 milhão de trabalhadores só em 1995, não se ouviu uma voz de metalúrgico ou petroleiro em solidariedade. Mancunado com a mídia e os distribuidores de combustíveis, o governo açoitou os petroleiros em 1996, liquidando de forma infame com a categoria, os metalúrgicos do Grande ABC se mantiveram em silêncio.

E assim foi, caso a caso no desmonte do sindicalismo, na violação da histórica legislação trabalhista. Não se ouviu uma voz solidária pelos carteiros ofendidos, pelos bancários desempregados em massa. Pelos servidores públicos difamados.

Agora que o nível de emprego no setor automobilísticos é igual ou menor ao 1973, quando na Grande São Paulo, para cada três metalúrgicos um está desempregado e o outro terço deverá estar sem emprego até o final deste ano, já não há mais a quem recorrer em matéria de solidariedade. Afinal a vitória do fascismo é o próprio triunfo do cinismo.

Mas, afinal, não foi FHC e sua equipe de gênios que optou por importar tudo. Para dar ‘um choque de competitividade’ na economia brasileira, eles destruíram quase todo o setor produtivo, desnacionalizando-o em mais de 80%, além de fazer a produção agrícola cair aos níveis do começo dos anos 70. Era a idolatria ao bezerro de ouro globalizado.”

A tal recuperação das nossas exportações prometidas com a desvalorização do real foi para as “cucuias”.

Talvez Fernando Henrique Cardoso, não saiba ainda, mas há três meses os países titulares do ouro aumentaram em 25% as alíquotas de importação de grãos.

Além disso, o que se constata é que não há o que exportar. A mística da moeda estável paralisou a economia. Paramos de produzir, passamos a consumir doses cavaleares de “idiotia”, graças à propa-

ganda oficial. Essa talvez seja, de todas as obras, a mais bem acabada desse Governo.

A derrota, tão humilhante nas relações internacionais, quem cede além do que o tirano pede, perde também a honra. Foi o que FHC entregou quando ofereceu em conluio com a sua maioria governista do Congresso, uma lei de patentes com direito às multinacionais de tomarem conta de setor de alimentos, medicamentos, etc.

A organização mundial do comércio só conseguiu isso do Brasil e do México.

Nem o Chile de Pinochet, nem a Argentina de Menen, entregaram a patente de alimentos e medicamentos.

Agora, a entrega se completa. Em troca do dinheiro para pagar os agiotas, o Brasil se comprometeu com o FMI, a não subsidiar internamente nenhuma atividade econômica.

Subsidiar lá fora pode. É o que acontece quando importamos trigo, arroz, pescado e outros produtos agrícolas da Europa e de países vizinhos como Chile e a Argentina.

A imprensa noticiou dia 22 de fevereiro que o Brasil está pronto para se comprometer oficialmente com o FMI a não impor nenhum tipo de restrição às transações de bens e serviços feitas com outras economias.

O “besterol! prossegue dizendo que o Brasil, na prática, obedeceria regra do artigo 8º do Estatuto do Fundo, aprovado em 1944.

Segundo revelaram o Deputado Delfim Neto e o professor da Unicamp, Luiz Gonzaga Beluzzo, em debate realizado pela Liderança do PDT em Brasília, já no primeiro documento, o Governo recebeu do FMI - a título de dever de casa, pelo menos essas três imposições ao Brasil: 1) proibição de adotar qualquer política de subsídio; 2) tratamento igual para credores nacionais e estrangeiros; 3) abertura total das fronteiras para o comércio.

Hoje, a grande dúvida na cabeça de todos é o seguinte: será que ainda temos uma saída? O presidente está sem credibilidade, porque é “irresponsável” e faz promessas que não pode cumprir.

Podemos reverter essa crise, mas nossos governantes precisam agir com transparência, com respeito à população.

Há necessidade urgente de ajustar as contas públicas e proteger o mercado interno.

Capitalizar a micro e pequena empresa, que são sobrecarregadas de impostos.

A agricultura precisa ser reestruturada porque até agora sustentou o plano real. Descapitalizado, o agricultor perdeu a força de produção.

Somos um povo de fé e de coragem!

Já passamos por muitas crises e vamos superar esta também, buscando alternativas para um país socialmente justo.

Muito obrigado, Deputado Nelson Justus, que preside esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Grande Expediente, por mais 15 minutos, concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já ia falar sobre esse assunto na tarde de amanhã, mas em função do pronunciamento do Deputado Luiz Carlos Zuk, que tem uma ligação direta com aquilo que vou falar, prefiro adiantar o assunto e faço uso da tribuna nessa tarde.

Há dois anos e meio atrás, tínhamos uma campanha na Prefeitura de Ponta Grossa, juntamente com o Deputado Plauto e o Prefeito atual, três candidatos onde tentamos resgatar o amor por Ponta Grossa, pelos Campos Gerais. E vivemos uma aliança chamada “Movimento Cidade Viva”, uma campanha que marcou a história de Ponta Grossa e pela mobilização as pessoas foram às ruas, mostrando que o caminho que trilhamos, apesar da derrota eleitoral, era o caminho correto e que sensibilizava uma grande parte do nosso povo.

Ponta Grossa por muito tempo foi esquecida, e a Região dos Campos Gerais que ela polariza. E em razão desse esquecimento, o Parque da Vila Velha passa por essa situação crítica que se encontra, pouquíssimos investimentos foram realizados em nosso maravilhoso patrimônio turístico, histórico e cultural. Não apenas Vila Velha, Furnas, Lagoa Dourada.

Ponta Grossa uma cachoeira dentro de uma gruta que poucos conhecem, chamado Buraco do Pedra, é uma das coisas mais bonitas que existem no Brasil, sem nenhuma dúvida. O Quartelá, cascatas, rios, o campo que parece o mar, e o patrimônio histórico de uma região que faz parte do antigo caminho das tropas, o caminho de viamão, antiga sede de fazendas da região dos Campos Gerais, do período escravista, grutas e cavernas, uma imensa beleza, de imensa maravilha que foi esquecida.

Dizíamos na nossa campanha quem governou historicamente não compreendeu Ponta Grossa, não compreendeu a beleza de uma cidade que como poucas do Paraná, tem uma topografia que faz, que permite, como diz o urbanista Pol Verilho que a cidade seja vista em três dimensões.

Diferente da maioria das cidades planas, cidade que começou no alto de uma colina, de uma tradição portuguesa e todos os símbolos de poder estavam em torno da Praça Marechal Floriano.

A Catedral, que segundo uma lenda resultou do voo de duas pombinhas, uma lenda que vem do Espírito Santo, uma tradição Bíblica, e lá foi feito uma cruz e uma igreja. Essa Catedral foi destruída, em torno da praça e o antigo Hotel Palermo também foi destruído, para construir uma outra arquitetura sem muito valor, e uma série de prédios históricos. A elite de Ponta Grossa, não compreendeu, permitiu que a sanha da especulação imobiliária destruísse aquilo que Ponta Grossa tem de mais belo para os seus filhos.

A cadeia pública, se em alguma cidade da Europa, um prefeito permitisse que fizesse o que foi feito com a cadeia pública, paredes de quase um metro de largura, esse prefeito não terminaria seu mandato. Em Ponta Grossa, no entanto, eu era vereador na calada da noite a Episcopal dos mais belos do século passado, a Caixa Econômica demoliu simplesmente o prédio do Palácio Episcopal. O BAMERINDUS que aqui em Curitiba restaurou o Palácio avenida e doou à comunidade curitibana um teatro, em Ponta Grossa, um edifício dos mais belos em arquitetura foi destruído pelo mesmo BAMERINDUS, porque aqueles que governaram Ponta Grossa não compreenderam a história, e governaram Ponta Grossa olhando não sei para que lugar do mundo, mas não para a beleza que está lá e para a singularidade e o espírito da idade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma estação histórica chamada "Estação Saudade", da estrada de ferro, a história de Ponta Grossa passa por ali porque duas ferrovias marcaram a nossa história e começaram o grande ciclo, até chegar ao apogeu da cidade na década de 50, quando era a segunda cidade do Paraná e o principal pólo atacadista do interior paranaense.

Primeiro foi a Estação Paraná, no século passado. Como se começou a ligação São Paulo - Rio Grande, que faz parte da história da industrialização do Brasil, unindo dois polos importantes São Paulo a Rio Grande do Sul. Uma das empresas que construía essa ferrovia instalou seus escritórios em Ponta Grossa e foi feito um prédio imponente, o prédio da chamada Estação Saudade. Em 1930 Getúlio Vargas, ali naquele prédio, recebeu a notícia que tinha sido vitorioso o Movimento de 30 e Assis Chateaubriand o entrevistou ali, dentro de um trem e Getúlio Vargas batizou Ponta Grossa de Capital Cívica do Paraná.

Esse prédio dos mais belos está abandonado e esquecido. Alguns anos atrás, na gestão de Pedro Vosgau Filho, a prefeitura fez uma permuta com a Rede Ferroviária. Lá foi feito um Parque Ambiental com o prefeito que veio depois e então a Estação foi abandonada e esquecida. Um mobiliário do começo do século foi completamente destruído. Os guardiões da prefeitura lá não ficavam e os vândalos

destruíram toda a mobília, estão destruindo toda a plataforma, os corrimões das escadas de uma maravilha arquitetônica de um marco da história, não só de Ponta Grossa, mas da história do Paraná.

Pensando nisso e indignado com essa equação, apresentamos já em 1997 para o orçamento de 1998 uma emenda ao orçamento, que foi aprovada, mas, infelizmente os recursos aprovados por essa emenda não foram destinados à sua origem e a Estação continua lá.

Fizemos novamente uma emenda de trezentos mil reais. No processo de discussão o Relator do orçamento diminuiu o valor para cento e cinquenta mil reais e foi aprovado, mas, até agora não foi liberado pelo Governador Jaime Lerner. Estivemos, no começo de janeiro, com a Secretária de Cultura e ela se mostrou muito sensibilizada com a situação. Queremos ver se conseguimos uma audiência o mais breve possível com ela, para que olhe pelos Campos Gerais, olhe por Ponta Grossa e que cento e cinquenta mil reais sejam liberados para que se comece processo de restauração da Estação Saudade. O Instituto Cidade Viva do qual participo, uma organização não-governamental que fundamos, lançou uma campanha "Salve a Estação" e está sensibilizando as Universidades, os estudantes, a população de Ponta Grossa, os nossos artistas, e vamos fazer uma grande reunião na quinta-feira. Vamos fazer uma reunião cultural "Pinte a Estação" para que os artistas plásticos vão lá pintar belezas naquele prédio. Doem para a campanha as suas telas e aquele que ganhar o primeiro lugar receberá um prêmio. Estamos indo a todos os lugares a divulgar essa campanha.

Fazemos um apelo aos Deputados, inclusive aos Deputados do Governo, para que somemos esforços e que mais esse prédio, que marca a história de Ponta Grossa, não seja destruído e a cidade perca o seu espírito, perca a sua singularidade. E a cidade vive como tantas outras no dizer do urbanista e geólogo Nilton Santos - "Um monstro de produção e consumo" - sem nenhuma singularidade, sem nenhuma personalidade, perdendo e destruindo a sua alma. Por isso é que fazemos esse apelo.

Deputado Luiz Carlos Zuk, ouvi atentamente o seu pronunciamento sobre a questão de Vila Velha. Sabemos que toda a Região dos Campos Gerais deve ser olhada de uma forma unitária. Apesar do ponto de vista das regiões administrativas, do tipo de planejamento que foi feito no Paraná, na Lapa, muito poucas pessoas se lembram que faz parte dos Campos Gerais, Campo do Tenente, Porto Amazonas até Sengés. Achamos que a única saída para esse patrimônio enorme dos Campos Gerais é que se crie um Conselho de Defesa, de Turismo e de

Preservação do patrimônio histórico, natural e cultural dos Campos Gerais.

Por isso que entramos na Assembléia com esse projeto no ano passado. O projeto não foi votado. Estamos entrando novamente, e esperamos que o projeto seja o mais depressa possível aprovado e que o governo sancione.

Vamos percorrer as Câmaras Municipais dos Campos Gerais, conversar com os prefeitos, As organizações Não Governamentais, a Universidade de Ponta Grossa com seu papel polissor, que vai participar do Conselho, que vai gerir este sistema de defesa e, também, colocamos uma emenda no Orçamento para que este Conselho tenha um fundo de recursos iniciais para poder começar o seu trabalho de tombamento e mapeamento do Patrimônio Histórico, do Patrimônio Atual, do Patrimônio Cultural, da Região dos Campos Gerais.

Fazemos esse apelo, tentamos já no passado, quando o Governo Lerner criou o Paraná Turismo, se não me engano o nome, que participassem do Conselho do Paraná Turismo dois representantes da Região dos Campos Gerais. Se não me engano o Deputado Sérgio Spada tentou também com que dois representantes de Foz do Iguaçu participassem, mas nossa Emenda foi rejeitada, Deputado Luiz Carlos Zuk. Campos Gerais ficou sem nenhuma participante, nesse órgão estadual.

Por isso, esperamos esse momento certo, para que façamos com que nossa população passe a amar cada vez mais o seu patrimônio, a sua cidade, e possamos então aprovar esse Conselho.

Dizia, Deputado Luiz Carlos Zuk, naquela campanha, que o próprio povo de Ponta Grossa não conhece o lugar aonde vive, porque aqueles que nos últimos anos governaram nossa cidade, esconderam a cidade do seu povo.

Perguntaram aos metalúrgicos de uma fábrica: Quantos de vocês conhecem o recanto chamado "Recanto do Botuquara", que divide o Segundo com o Primeiro Planalto Paranaense e fica em Ponta Grossa? De 60 operários, apenas 5 conheciam o recanto, ou seja, a própria população da nossa cidade, não conhece a cidade aonde vive, porque aqueles que governaram a cidade não tiveram a consciência, a sensibilidade histórica, a visão para compreender a própria cidade que governaram, que se dizem aqueles que mandam na cidade, a oligarquia que sempre mandou.

Fazemos este apelo, e esperamos sensibilizar essa Assembléia e sensibilizar o Governo do Paraná, a favor dos Campos Gerais.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PL. PSDB. PMDB.

Consulta a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Inicialmente queremos cumprimentar o Deputado Edgar Bueno pelo pronunciamento que fez, pelo qual recebeu o aparte do Deputado Nereu Moura e teve o apoio do Presidente Nelson Justus, para a reivindicação dos avicultores do Estado do Paraná.

Na condição de Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário, é nossa intenção conversarmos na sequência com o Deputado Luiz Carlos Zuk, conversar também com o Deputado Algaci Túlio, que sempre foi um participante assíduo das reuniões do Conselho Parlamentar do Sul, que foi por nós instituído, junto com Ranzolin e com o Kürtz da Assembléia de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, quando éramos Presidente da Casa. Para que possamos, os Estados do Sul, que têm uma expressão realmente muito valorosa na produção de frangos, na produção de ovos, enfim, na produção de produtos oriundos da agricultura, para que possamos discutir este assunto, já que a medida isolada adotada pelo Governador Mário Covas, do deferimento do ICMS, para a avicultura de corte, está causando, sim, um grande transtorno aos avicultores paranaenses.

Hoje tive a oportunidade de conversar com um dos assessores da VIPAR, tive oportunidade de ler o artigo publicado no jornal do "Estado do Paraná", no dia de ontem, assinado pelo médico veterinário Ícaro, onde coloca toda a problemática decorrente desta medida, assinada por São Paulo.

No dia de hoje, quando recebi a visita da assessoria da AVIPAR, tomei a liberdade de ligar para a Secretaria da Fazenda e conversar com o Doutor Jorge D'Ávila, que até há pouco tempo era coordenador da Receita Estadual e, hoje está na assessoria este segmento da Secretaria da Fazenda. E nós, também, acabamos de encaminhar um expediente ao Secretário Gionédis e ao Doutor Lucena para que amanhã, na reunião do CONFAZ, que acontecerá em Fortaleza, possa a questão do ICMS do frango ser discutida e quem sabe, até uma postura ser adotada que possa valer para todos os Estados da nossa Federação brasileira.

Para se ter uma idéia, me relatou a assessoria da AVIPAR o problema vivido hoje pela CEVAL instalada em Jacarezinho, que tem a sua produção destinada ao mercado paulista. Está ela com todas as dificuldades para colocar os seus produtos e

sofre ela, em função desse deferimento do Estado de São Paulo, a pressão dos produtores paulistas na região em que ela está instalada.

Muito oportuno o pronunciamento, as propostas que estão sendo encaminhadas e nós, no dia de hoje, encaminhamos esses dois expedientes ao Doutor Gionédís e ao Doutor Lucena, para que eles possam discutir o assunto, já que em Fortaleza estarão para discutir outros assuntos - no meu entendimento. No caso do Paraná, não têm um significado maior, que se refere à questão da diminuição do ICMS para os veículos automotivos que está sendo proposta pelo Sindicato dos Metalúrgicos e num acordo proposto pelo Presidente da República.

Acho que ainda hoje, apesar de tudo o que se diz, a questão automobilística do Paraná ainda vem num plano inferior aos interesses do setor produtivo rural e por esta razão entendo que o Secretário Giovanni Gionédís deveria colocar esse assunto à mesa, para se discutir.

Outra questão. Tivemos oportunidade de, na última quarta-feira, participar da inauguração da sede da nossa União Nacional dos Legislativos Estaduais, uma estrutura que está à disposição dos Parlamentares, em Brasília, uma estrutura à altura daquilo que precisam os Deputados Estaduais e dizer aos Senhores Deputados que a UNALE pelo que temos visto das reuniões das quais temos participado, está desenvolvendo um grande trabalho e nos próximos dias e meses, todos os parlamentares haverão de conhecer esse trabalho, sentir a importância dessa nossa entidade que congrega nossos interesses coletivos, os nossos interesses individuais e até os interesses de nossas famílias.

Gostaria de dizer que tive a oportunidade de participar da reunião da Organização das Cooperativas Brasileiras, junto com a Frente Nacional do Cooperativismo constituída pelos Parlamentares Federais, Senadores e Deputados, uma reunião importante, porque foram traçados diversos objetivos comuns à OCP e à FRENCOOP do Parlamento Federal e tenho certeza que dessa aliança do cooperativismo com o Parlamento Federal, alguns assuntos ligados à nossa agropecuária serão solucionados.

Finalmente, no dia de hoje, quero pedir aos Senhores Deputados, apoio a um pedido de informações que estamos fazendo, tendo em vista que tomamos conhecimento, pela Gazeta do Povo, no seu espaço destinado aos esportes, do dia 27 de fevereiro, de uma notícia dando conta do apoio governamental, do apoio da Paraná Esporte, a uma equipe paranaense, brasileira, que está participando das competições nas montanhas geladas da Suíça, com o patrocínio do Governo do Estado do Paraná. Tudo isso é bonito, é maravilhoso, não fosse a situ-

ação vivida por aqueles que têm os seus aluguéis a receber do Estado, não fosse a situação dos empregados que não recebem e dos funcionários públicos que até o presente momento não receberam o terço de férias que lhes é devido pelo governo do Estado do Paraná, já vencido no mês de janeiro que é o mês da obrigação do pagamento.

Esse tipo de comportamento do Governo do Estado do Paraná que muitas vezes causa revolta e indignação a nós, os paranaenses. Sabe lá, Deus, quanto se gastou para apoiar, para patrocinar uma equipe de pessoas que pelo nome dá para se saber que são pessoas bem sucedidas do ponto de vista financeiro, são pessoas abastadas e que poderiam ir para esta competição sem ter que cobrar do Estado uma despesa que muitas vezes o Estado nem condições tem que desenvolver.

Sem falar ainda, Sr. Presidente, a alegria que temos de ver no Paraná, o Bernardinho, a Venturini, e agora a Hortência também custando aos cofres estaduais somas que não sabemos quanto e nem a origem desses recursos.

Mas faço esse apelo aos Senhores Deputados, que possamos aprovar esse pedido de informações, para saber quando o Governo do Estado do Paraná patrocinou para que algumas pessoas pudessem ir esquiar, participar de campeonatos nas gélidas montanhas da Suíça com o dinheiro do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, PFL, PSB, PTB, PPB, PSC, Liderança do Governo.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 07 (sete) de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, com apoioamento do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passamos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acrescenta parágrafo ao artigo 1º, da Lei nº 12.322, de 14 de setembro de 1998. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 145, de 11.11.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 447/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo acrescentar parágrafo ao art. 1º, da Lei nº 12.322, de 14 de setembro de 1998.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação:

O SR. NEIVO BERARDIN

Gostaria de saber o conteúdo deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Fica acrescentado parágrafo ao artigo 1º, da Lei nº 12.322.

Artigo 1º, § 2º: os serviços serão outorgados independentemente da data do desmembramento do município em que a imprensa estiver prestando os serviços respectivos. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Continua em discussão o projeto de lei. Encerrada a discussão.

Em votação. Deputados que aprovam o presente projeto permaneçam como estão. **Aprovado.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 063, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Estou encaminhando ao ilustre Parlamentar Neivo Beraldin as informações que recebi da Secretaria, se caso satisfazer o Deputado, talvez votaremos o requerimento, senão votaremos no dia de amanhã.

O SR. NEIVO BERARDIN (Questão de Ordem)

Recebi, li previamente as informações que me traz o nobre líder do Governo, porém temos o Tribunal de Contas responsável pelas auditorias e para tanto o Tribunal de Contas deve nos enviar auditoria feita nesta questão. Estou aguardando as informações oriundas do Tribunal de Contas, conforme tem o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Como não foi aprovado o requerimento será votado na data de amanhã.

Requerimento nº 062, de autoria do Sr. Deputado, Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 064, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 065, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 061 e 069, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 081, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 085, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoioamento do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 093, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 087, 088, 089 e 091, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 092, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoioamento do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para terça-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/98.

Levanta-se a sessão.